



ERVA

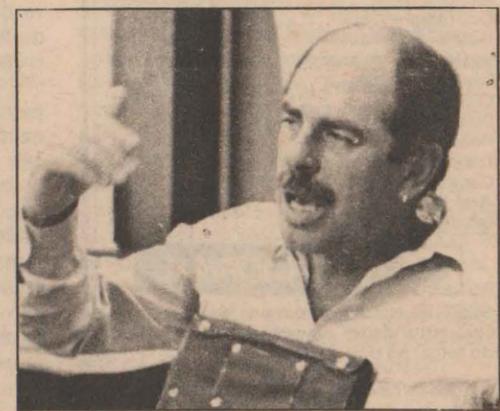
*Nosso chimarrão
ainda depende
das importações*

Páginas 8 e 9

Suinocultura

*Uma volta
ao passado
com as raças
crioulas*

Última página



RUBEN

*Organização
levará
às mudanças*

Páginas 10 e 11

RENOVAÇÃO PELO VOTO

*Novos dirigentes da Cotrijuí tiveram o apoio
de 94,16 por cento dos votantes. Os sete
integrantes da direção executiva foram eleitos
pela primeira vez para os cargos*

Páginas 4 a 7

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N.º 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olmiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolivar Sperotto
Superintendente/Pioneira:
Antoninho Boiarski Lopes
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Tânio José Bandeira
Superintendente/Dom Pedrito:
Valter José Pötter
Vice/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):
Luiz Neri Berschorner, Oscar Otto Hoerle, Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira, Ido Max Weiller, Paulino Angelo Rosa, Irani dos Santos Amaral, João Santos da Luz, Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijin Wielemaker, Ivo Vicente Basso, Paulino Stragliotto, Vagner Monteiro Sá, Oscar Vicente Silva, Suleiman Guimarães Hias e Ademar Luiz Comin.

Suplentes:
José Ataídes Conceição, Pedro Giotto, Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhde, Jorge Alberto Sperotto, Protasio Lottermann, Álvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnaldo Hermann, João Eberhardt, Mário Alberto Krüger, Cláudio Pradela, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Florício Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido de Godoi Dias.

Conselho Fiscal (Efetivos):
Antenor Vione, Frederico Antônio Stefanello e Ruy Adelino Raguzzoni.

Suplentes:
Valter Luiz Driemeyer, Darcy Aléssio e Antônio Cândido da Silva Neto.

Diretores contratados:
Euclides Casagrande, Rui Polidoro Pinto, Bruno Eisele, Renato Borges de Medeiros, Luís Fernando Maciel Ryff Moreira, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus e Vilmar Hendges.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbu	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracaju - Sede	65.000 t
Maracaju - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Gualiba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob número 9. Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 número 022.775 de 13.11.73 e figurativa M/C11 número 022.776, de 13.11.73.

REDAÇÃO:

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés Mendes

Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

○ Estrutura do Poder, que a Cotrijuí vinha implantando como experiência desde 1979, e que foi incorporada ao estatuto social no ano passado, venceu o maior desafio que teve pela frente: as eleições para escolha dos novos dirigentes da Cooperativa. Todo o processo, desde as reuniões de núcleos até a assembléia realizada em abril, teve sempre a participação das lideranças de núcleos, e mobilizou os associados das três regionais. A motivação fez com que a escolha da direção, pelo voto direto, envolvesse um número recorde de associados numa eleição na Cotrijuí, e assegurou o que mais o produtor reclamava: a renovação no quadro de dirigentes. Todos os sete integrantes da direção executiva foram eleitos pela primeira vez para os cargos que passaram a ocupar no dia 11 de abril. É assim que, a partir de agora, se inicia a implantação das reformas administrativas na Cooperativa, com maior autonomia para as regionais. E o maior responsável por tudo isso é o associado que esteve presente às reuniões, questionou, votou e se dispõe a continuar acompanhando o dia-a-dia da Cotrijuí. Página 4.

Tancredo de Almeida Neves, o idealizador da Nova República, morreu no dia 21 de abril. O presidente que, mesmo sem o voto direto, chegaria ao poder legitimado pela maior mobilização popular já vista no país, deixa uma herança para seu sucessor, José Sarney: muitos compromissos assumidos em comícios e depoimentos à imprensa. E não são poucos os compromissos que Tancredo Neves assumiu com os agricultores, entre os quais a prioridade para a produção de alimentos, a garantia de recursos para a lavoura, o crédito subsidiado, a reforma agrária. Mas tudo isso será cumprido? As primeiras decisões tomadas, no Ministério da Agricultura, são favoráveis ao setor, e indicadoras de que esta pasta poderá ser finalmente fortalecida. Mas nem todos estão muito certos das mudanças prometidas, e é isso

que falam, na página 12, lideranças rurais da área de ação da Cotrijuí.

Se o Rio Grande do Sul não pudesse contar com os servais de Santa Catarina e do Paraná, o chimarrão nosso de cada dia não estaria garantido. Os gaúchos importam desses dois Estados de 60 a 70 por cento da matéria-prima necessária para a produção de erva mate. Os ervais do Estado foram devastados, na década de 70, com o estouro da soja, e poucos agricultores mantiveram alguns pés desta planta símbolo do Rio Grande do Sul. Estes, que não caíram na tentação da derrubada, ganham hoje um bom dinheiro com a erva. Páginas 8 e 9.

A Cotrijuí fechou mais uma vez o ano em vermelho. O prejuízo registrado no último exercício ficou ao redor dos Cr\$ 11 bilhões. A justificativa para tal prejuízo, fica mais uma vez por conta dos altos custos financeiros. De uma receita bruta de Cr\$ 590 bilhões, a Cotrijuí teve um custo financeiro — pagamento dos juros sobre os financiamentos tomados pela Cooperativa — de Cr\$ 141 bilhões. Isto representa 25,32 por cento do total da receita operacional bruta obtida no exercício de 1984, quando o admissível é que esse percentual não ultrapasse os 12 por cento. Apesar das dificuldades financeiras a nova diretoria, encabeçada pelo economista Oswaldo Meotti, já se prepara para trabalhar com mais arrocho. O primeiro passo é tentar reduzir os custos financeiros em 50 por cento, "se não quisermos fechar o exercício de 85 novamente em vermelho", como alerta o presidente. Também é prioridade a desativação de alguns bens imóveis, como o Terminal Graneleiro de Rio Grande, avaliado em Cr\$ 100 bilhões e ainda em negociação com a Portobrás. Os planos, a participação do quadro social e funcional nos destinos da Cotrijuí estão sendo contados na página 7.

Cooperativismo de crédito

Sven R. Schulze

Já tivemos no Brasil um bom sistema de Cooperativas de Crédito, especialmente aqui no sul, nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Eram as Caixas Rurais, orientadas pela Sociedade União Popular (antigo "Katholischer Volksverein") e que têm a origem de seus ideais aos tempos do saudoso Padre Amstad, fundador da primeira cooperativa de crédito entre nós. E esta existe ainda hoje, com sede na cidade de Nova Petrópolis.

A idéia básica do sistema propagado pelo Padre Amstad era segurar recursos financeiros gerados na zona colonial, nos locais de origem, e evitar sua absorção pelo sistema bancário das cidades, onde fatalmente serviriam para fortalecer casas comerciais e estabelecimentos industriais, sem que voltassem beneficiando a zona colonial.

A parte dinâmica destas "Caixas Rurais - Sistema Raiffeisen" previa a administração dos recursos por pessoas eleitas entre os próprios depositantes, devendo beneficiar com empréstimos a juros módicos associados necessitados. Atuando em zona colonial restrita, onde todos bem conheciam todos, os "riscos" destes empréstimos eram praticamente inexistentes.

O "sistema Raiffeisen" idealizado para zonas-agrícolas pobres em dinheiro, previa "cooperativas" (nossas "Caixas Rurais", sem capital social, onde cada Associado se responsabilizava pelos negócios da instituição, com todo seu patrimônio. Assim, a falta de "dinheiro" foi compensada, ricamente, com a garantia do patrimônio dos Associados.

Tivemos aproximadamente 60 (sessenta) destas Cooperativas até a década de 1960, enfileiradas numa "Central" sediada em Porto Alegre. Esta recolhia os exce-

dentos de dinheiro das filiadas e os colocava no "mercado" para que não ficassem paradas ociosamente, cuidando para que em época de demanda renovada nas "Caixas" — época de plantio etc. — os recursos estivessem novamente disponíveis.

O sistema funcionou a contento, até que por orientação governamental, após 1964 e em consequência de abusos registrados sob o rótulo de cooperativas de crédito no centro e nordeste do Brasil, toda a organização das Caixas Rurais fosse desmantelada, sem jamais ter dado prejuízo de um centavo sequer a quem quer que fosse.

Hoje, após 20 (vinte) anos de intervalo, o "Cooperativismo de Crédito" ressurge sob outra sistemática, porém pelas mesmas razões que levaram o nosso Pe. Amstad a motivá-lo: procurar fixar os recursos gerados pela zona colonial lá mesmo, evitando sua absorção ou fuga para os centros maiores, onde, nas mãos do sistema bancário, encontram fácil aplicação rendosa decapitalizando, consequentemente, a zona colonial, que tem, como sempre, imensas dificuldades para conseguir recursos financeiros. Não que isto seja maldade dos Bancos. Estes procuram aplicações "garantidas" e de fácil e seguro retorno, com rotatividade alta. Os financiamentos agrícolas cobrem espaço de safra a safra, portanto de prazos bem mais longos, e com o "Risco Natureza" — uma garantia muito relativa, pois qualquer safra pode falhar, e o retorno dos empréstimos fica prejudicado.

A Cooperativa de Crédito procura enfrentar a problemática, pois não deixa de ser absurdo que o homem que cria a riqueza e fornece alimentos e matérias-primas para posterior beneficiamento e/ou industrialização, assumindo o risco da

possível adversidade da natureza, ainda deve mendigar por apoio financeiro quando necessita.

Por isto, um forte sistema de cooperativas de crédito poderá sanar uma série de inconvenientes atualmente existentes.

Aqui, no Rio Grande do Sul, temos novamente umas 40 (quarenta) Cooperativas de Crédito Rural — as de crédito "urbanas" sintomaticamente não são liberadas pelos órgãos públicos.

O novo Banco Nacional de Crédito Cooperativo tem quatro agências no Estado. Comparativamente, a "Deutsche Genossenschaftsbank" (Banco Alemão de Cooperativas) afirma em publicação feita em periódicos de interesse empresarial, no Brasil, o seguinte: "Nossos clientes figuram entre as maiores empresas bem como entidades públicas do mundo inteiro, aos quais apresentamos soluções específicas para questões financeiras complexas. Com um total de 19.700 agências, possuímos a mais extensa rede bancária da República Federal da Alemanha, cobrindo todo o país, facilitando o contato com as principais entidades ligadas à economia alemã".

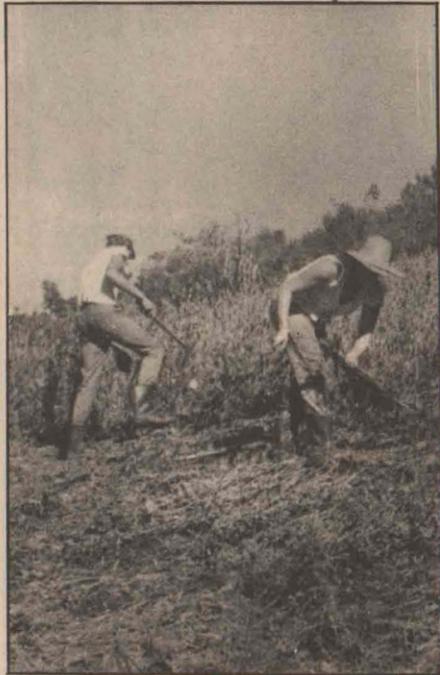
Prova contundente da força do cooperativismo de crédito no país que deu origem ao sistema, pelo seu fundador Friedrich Wilhelm Raiffeisen, que, em 1848, encontrou como meio de solução para as dificuldades de conseguir crédito para os agricultores, motivar a auto-ajuda, a cooperação. E seja dito, que a República Federal da Alemanha tem o tamanho do nosso Rio Grande do Sul, onde temos aproximadamente 50 cooperativas de crédito e agências do BNCC, contra 19.700 no lado de lá.

Sven R. Schulze integra a Audicooper-Sul, Cooperativa de Contabilidade e Auditoria do Rio Grande do Sul.



Vem aí a reforma

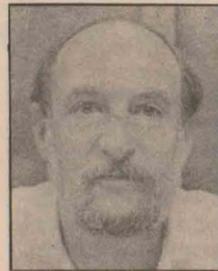
Nas duas últimas décadas, todas as questões referentes à terra foram tratadas no Brasil como assunto delicado e entregue à área militar. O Ministério para Assuntos Fundiários, criado no governo Figueiredo, era ocupado por um general, Danilo Venturini. O Conselho de Segurança Nacional era quem tratava dos conflitos sobre a posse de terras, especialmente no Norte e Nordeste. Esquemas militares foram montados para que as divergências entre posseiros, grileiros, acampados e proprietários tivessem, quase sempre, a repressão como tratamento. Mas, aos poucos, a questão da terra deixa de ser um fantasma, e passa a ocupar, como nunca, os espaços em que se debatem os grandes temas nacionais. Há ainda quem duvide da disposição do novo governo de executar uma reforma agrária que atenda de fato aos interesses da grande maioria dos brasileiros. Os primeiros sinais, no entanto, já são bons. O presidente José Sarney incluiu, no seu discurso de 21 de abril, logo após a morte de Tancredo Neves, a reforma agrária entre suas metas prioritárias. Antes, no dia 17, ele já havia determinado a transformação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários em Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Em maio, por iniciativa do governo, todos os segmentos que podem contribuir nesta área participarão de um grande debate. E se anuncia que a execução de medidas



Desta vez o produtor será ouvido será iniciada sem demora. É claro que isso irá mexer com interesses e provocar reações. Mas o que importa é que o assunto deixa de ser tratado às escondidas. A reforma agrária será mais ou menos abrangente, na mesma medida da organização dos que desejam que ela realmente aconteça.

Os novos diretores

A renovação no quadro de dirigentes da Cotrijuí, iniciada com as eleições do dia 10 de abril, atinge também a área de diretores contratados. No dia 19 de abril, o presidente Oswaldo Meotti, o vice Celso Sperotto e o superintendente Antoninho Lopes, da Pioneira, anunciaram para as chefias de setor da regional os nomes dos novos ocupantes de cargos de direção. O contabilista Ari Zimpel assume a diretoria Administrativa e Financeira. Clovis Roratto de Jesus a diretoria de Comercialização e Operações. E Luís Fernando Ryff Moreira a diretoria de Compras e Abastecimento. Na Assessoria de Comunicação, Educação e Recursos Humanos, atuará Walter Frantz. Todos eles são conhecidos do quadro social da Cotrijuí. Ari Zimpel é contabilista, funcionário da Cooperativa desde 1976, e vinha trabalhando na assessoria à presidência, em Porto Alegre, desde março de 1983. Clovis Roratto de Jesus é agrônomo, com pós-graduação em Economia Rural, e vinha desempenhando as funções de gerente da unidade de Ijuí. Luís Fernando Maciel Ryff Moreira é funcionário há seis anos da Cotriexport, e atuava na área de comercialização de carne e arroz dessa subsidiária. É Walter Frantz é sociólogo, com doutorado na Alemanha, que já vinha prestando assessoria ao setor de Comunicação e Educação, através da Fidene, e assume agora a coordenação de um trabalho de desenvolvimento político junto aos quadros social e funcional. Oswaldo Meotti ressaltou que, na diretoria de Operações, Clóvis Roratto de Jesus terá, até o final da atual safra, o



Zimpel



Clóvis



Luís Fernando



Walter

acompanhamento de Euclides Casagrande diretor há vários anos, que posteriormente continuará prestando serviços à Cotrijuí, por seu conhecimento nesta área. Bruno Eisele, por sua vez, assumirá uma assessoria especial da Cotrijuí junto às cooperativas centrais. Nas demais diretorias, das áreas Agrotécnica e de Comunicação, Educação e Recursos Humanos, não há novidades. O agrônomo Renato Borges de Medeiros continuará como diretor agrotécnico, e Rui Polidoro Pinto na área geral de Comunicação, Educação e Recursos Humanos da Cotrijuí, atuando junto à presidência em Porto Alegre.

Gaúchos no Ministério

"O Ministério da Agricultura será um ministério de brasileiros, e não de gaúchos". Foi esta a resposta que Ruben Ilgenfritz da Silva deu a uma pergunta feita quando da entrevista coletiva, que concedeu à imprensa, em Ijuí, no dia 10 de abril. O secretário geral do Ministério havia sido indagado sobre a possibilidade de outros ijuenses virem a preencher cargos na área. Mesmo que não se transforme num ministério de gaúchos, a pasta terá, como era de se esperar, a presença de um bom número de assessores que sairão do Rio Grande do Sul. A Secretaria Nacional de Cooperativismo (Senacoop) deve ficar com Mário Krueh Guimarães, presidente da Cocecer (Cooperativa Central de Crédito Rural) do Estado. O engenheiro Fernando Craidy, que é ijuense, assume a Cibrazem (Companhia Brasileira de Silos e Armazens). O economista Marconi Isolan terá uma das diretorias da CFP (Companhia de Financiamento da Produção). O agrônomo Luiz Carlos Pinheiro Machado presidirá a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias). E Vicente Ferrari, funcionário da Sudepe, assumirá a presidência desta Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca. Além destes, é provável que outros gaúchos assumam cargos de assessoria, por indicação do PMDB e do Partido da Frente Liberal, que têm sido consultados a respeito da escolha de nomes, pelo ministro Pedro Simon. E entre estes gaúchos podem estar pessoas do noroeste do Estado, que irão representar a zona da soja no Ministério, conforme admitiu Ruben Ilgenfritz da Silva na entrevista do dia 10 em Ijuí.

Barragens vetadas

Os ventos da Nova República, mesmo com a temida ausência de Tancredo Neves, já deu bons sopros em direção à agricultura. No dia 28 de março, por exemplo, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, determinou que fossem suspensos todos os projetos para construção das barragens no rio Uruguai. Há muito que os agricultores da região, sindicalistas, políticos e ecologistas vinham pedindo uma revisão no programa que prevê a construção de várias barragens. As obras ameaçam mais de 8 mil famílias do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, e em Santa Catarina, e vinham merecendo protestos, por serem consideradas dispensáveis e pelos problemas que causariam. Pois Aureliano Chaves determinou um reestudo do assunto, depois de receber uma comissão de lideranças gaúchas e catarinenses. "Primeiro o homem, depois o cimento", disse o ministro à comitiva, anunciando que determinaria a realização de um novo levantamento sobre as barragens. Os políticos que visitaram Aureliano saíram do encontro convencidos de que as obras serão deixadas de lado definitivamente. A verdade é que, de acordo com trabalhos divulgados, as hidrelétricas representariam um gasto inútil, além de que causariam graves consequências sociais. Na decisão de Aureliano Chaves, há pelo menos uma surpresa: ele era, no governo Figueiredo, quem tratava da política de minas e energia. O então vice-presidente, pelo que se sabe, nunca havia se manifestado claramente contra as barragens. Mas revisou seu comportamento e irá revisar um projeto que só havia conquistado antipatias.

Finalmente, as eleições

Vários municípios brasileiros estarão realizando eleições municipais, pela primeira vez este ano. Eles eram considerados áreas de segurança nacional, e tinham prefeitos nomeados pelo governo. As eleições acontecerão em novembro, e movimentarão eleitores de localidades da área de ação da Cotrijuí. Na Região Pioneira, haverá eleições em Tenente Portela, e na região da Campanha em Dom Pedrito. São 15 os municípios gaúchos que terão prefeitos eleitos pelo voto. No Mato Grosso do Sul, 13 municípios deixam de ser considerados áreas de segurança, e a grande maioria está na área de ação da Cotrijuí: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã, Porto Murtinho e Tacuru. O decreto extinguindo as áreas de segurança foi assinado pelo então presidente em exercício José Sarney, no dia 28 de março. Foi uma de suas primeiras decisões políticas de impacto, e chegou

a pegar muita gente de surpresa. Com a decisão, os prefeitos nomeados deixaram de ter a confiança do governo federal, pois haviam sido indicados pelo PDS. A substituição dos interventores provocou divergências entre pedessistas e os políticos do PMDB e da Frente Liberal, e chegou a parar na Justiça. Mas houve um acordo entre o governador Jair Soares e o ministro da Justiça, Fernando Lyra, para que os prefeitos sejam substituídos sem maiores atritos. Estes interventores, indicados pelo PMDB e pela Frente Liberal, são considerados prefeitos pro tempore, e ficarão no cargo até as eleições. A polêmica em torno das substituições foi causada por interpretações diferentes da lei. Para o PDS, os interventores deveriam ser indicados pelo governador do Estado, e para o PMDB e a Frente, pelo governo federal. Prevaleceu, afinal, a posição destes últimos, pois Brasília é quem vinha dando a palavra final para nomeações.

Laranja: perto da safra

A Cotrijuí irá garantir também este ano o recebimento de toda a safra de laranja da Região Pioneira. Segundo Nelci Baroni, gerente do entreposto de hortigranjeiros, que coordena a comercialização, os produtores devem ficar atentos para o calendário de recebimento da laranja, em cada unidade. Os dias de entrega serão

divulgados pelo rádio, possivelmente em maio. No ano passado, estimulados pelos preços do produto, os associados da Pioneira entregaram cerca de mil toneladas, que foi recorde na região. Para esta safra não há ainda previsões, segundo Baroni. Na edição de maio, o Cotrijournal terá informações sobre o mercado para a laranja este ano.

Apostando em mudanças

Novos dirigentes foram eleitos com o apoio de 94 por cento dos votantes

Nunca as eleições na Cotrijuí haviam envolvido tanta gente. E nunca também os resultados dessas eleições implicaram em tantas mudanças no quadro de dirigentes da Cooperativa. Pois isso aconteceu no dia 10 de abril, quando foram escolhidos os novos integrantes da direção executiva e dos conselhos de Administração e Fiscal, movimentando 5.409 associados que participaram da votação, nas três regionais da Cotrijuí, na Pioneira, Dom Pedrito e Mato Grosso do Sul. A chapa única, liderada por Oswaldo Meotti, obteve os votos de 94,16 dos produtores, com apenas 5,84 por cento de votos em branco e nulos.

Estavam aptos a participar da votação 13.204 associados, que entregaram a produção à Cooperativa durante o ano passado. Deste total, 5.409 participaram das eleições, num índice de 40,96 por cento. A chapa única obteve 5.093 votos, tendo sido registrados 248 votos em branco e 68 votos nulos. A boa participação chegou a superar as expectativas, já que choveu durante toda a manhã do dia 10, em muitos municípios da Região Pioneira, onde o tempo permaneceu nublado à tarde.

VOTO SECRETO

Os associados das três regionais participaram pela primeira vez este ano de uma eleição direta, com voto secreto, de forma oficial. Em 1982, isso já havia acontecido, mas como experiência. Desta vez, foram instaladas 125 urnas, nas unidades e localidades do interior, de acordo com um roteiro elaborado em conjunto com os representantes de núcleos. A maior participação ficou com a Pioneira, com 43,33 por cento, que foi seguida do Mato Grosso do Sul, com 40,96 por cento, enquanto Dom Pedrito teve o índice mais baixo de presenças, com 27,96 por cento.

Quando das eleições de 1982, a participação dos associados havia sido de 36,02 por cento, somadas as três regionais. Este ano, a presença foi ampliada para 40,96 por cento, conforme comparação feita pelo Departamento de Comunicação e Educação. A mobilização dos produtores, em torno da definição de nomes para a composição das chapas, e o debate sobre as reformas administrativas contribuíram para que os associados se sentissem motivados.

Mesmo que somente uma chapa tenha sido inscrita, a renovação defendida pelos produtores foi concretizada. Toda a direção executiva da Cotrijuí passa a ser assumida por associados que nunca haviam ocupado estes cargos. E dos sete integrantes desta direção, três deles (Celso



Tânio, Pötter, Nedy, Lotário, Meotti, Sperotto e Antoninho

A direção executiva

Oswaldo Olmiro Meotti, presidente: economista, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas de Cruz Alta. Natural de Santa Rosa, tem 45 anos, e está vinculado à Cotrijuí desde 1964, quando iniciou trabalhando como caixa executivo. Foi presidente da Cotriexport, de 1981 a 1982. Participou de cursos no exterior. Vinha desempenhando as funções de diretor administrativo e financeiro da Cotrijuí. Sua propriedade agrícola está localizada em Encruzilhada do Sul.

Celso Bolivar Sperotto, vice-presidente da regional Pioneira: tem 55 anos, é agropecuarista em Santa Augusto, na localidade de Costa do Turvo, onde vinha atuando como representante eleito pelos associados. Foi diretor de obras da Prefeitura de Santo Augusto, e sempre esteve ligado a iniciativas comunitárias, especialmente na área da educação. Associado da Cotrijuí desde 1968.

Antoninho Boiarski Lopes, superintendente da Pioneira: associado da Cotrijuí há 10 anos. Tem 40 anos, natural de Catuípe, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chiapetta em dois períodos, de 1975 a 1981. Foi conselheiro fiscal da Cotrijuí nos períodos 79/80 e 82/83. Possui 30 hectares na Linha Maurício Cardoso, em Chiapetta, e atua, até a eleição, como representante da localidade.

Tânio José Bandeira, vice-presidente da regional de Dom Pedrito: tem 34 anos, é natural de Ajuricaba. Iniciou

trabalhando na Cooperativa em 1975, como agrônomo da unidade de Chiapetta, atuando ainda em Coronel Bicaco. Depois assumiu a gerência da unidade de Santo Augusto, e posteriormente de Ijuí. Há três anos vinha desempenhando as funções de diretor da regional de Dom Pedrito.

Valter José Pötter, superintendente de Dom Pedrito: é veterinário, natural de Cachoeira do Sul, tem 36 anos. Associado da Cotrijuí desde 1977, é representante eleito pela segunda vez. Foi também conselheiro fiscal, por dois períodos, como efetivo e suplente. É administrador técnico de propriedades da família em Dom Pedrito.

Nedy Rodrigues Borges, vice-presidente da regional do Mato Grosso do Sul: agrônomo, natural de Soledade, tem 51 anos. Iniciou na Cotrijuí em 1967, e foi o organizador do então Departamento Técnico da Cooperativa, depois transformado em Diretoria Agrotécnica. Permaneceu na direção do setor até 1981, quando se transferiu para o Mato Grosso do Sul, onde vinha atuando como diretor da regional da Cooperativa naquele Estado.

Lotário Beckert, superintendente em Mato Grosso do Sul: é associado da Cotrijuí desde 1979. Nasceu em Panambi, residiu no Paraná e desde 1982 se dedica à agricultura em Maracaju, onde foi eleito representante. Tem 37 anos, e vinha atuando como diretor administrativo e financeiro da regional desde janeiro de 1984.

Sperotto, Antoninho Lopes e Valter Pötter) estão pela primeira vez assumindo funções executivas. Os demais (Oswaldo Meotti, Tânio Bandeira, Nedy Borges e Lotário Beckert) já vinham atuando como diretores contratados. Todos eles, no

entanto, pela primeira vez chegam à direção para cargos eletivos, indicados pelo voto direto do produtor.

REFORMAS

Com as eleições, será dado início ao processo de implantação das reformas ad-

ministrativas na Cotrijuí. A direção executiva, até então com três integrantes (presidente, vice e superintendente), passa a contar com um presidente para as três regionais, e um vice e um superintendente para cada uma dessas áreas de ação (veja quadro nesta página). Com a renovação, deixaram seus cargos o presidente Ruben Ilgenfritz da Silva, o vice Arnaldo Drews e o superintendente Clóvis Adriano Farina.

Também o Conselho de Administração foi ampliado. Ele vinha contando com seis membros efetivos e seis suplentes. A partir de agora, passa a ser integrado por 17 efetivos e 17 suplentes, que representam as três regionais, em número proporcional ao número de associados (nove conselheiros são da Pioneira, cinco do Mato Grosso do Sul, e três de Dom Pedrito). O Conselho Fiscal, por sua vez, permanece com três membros e três suplentes, cada um representando uma regional.

Para realização das eleições diretas, este ano a assembléia geral da Cotrijuí teve três dias de duração. No dia 9, à tarde, os representantes apreciaram o balanço do último exercício e debateram outros assuntos da ordem do dia. No dia 10, durante todo o dia, os associados puderam votar, em seus municípios, e no dia 11 foi empossada a nova direção, de acordo com as normas da Estrutura do Poder, em vigor desde agosto do ano passado. A direção executiva tem mandato de três anos, e os conselhos de Administração e Fiscal serão renovados parcialmente, a cada ano.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Efetivos	Suplentes
Luiz Berschorner	José A. Conceição
Oscar Hoerle	Pedro Guiotto
Euclides Gabbi	Cláudio L. de Jesus
Antônio Bandeira	Emílio Uhde
Ido Max Weiller	Jorge A. Sperotto
Paulino A. Rosa	Protásio Lottermann
Irani Amaral	Álvaro Rutili
João Santos da Luz	Aquilino Bavaresco
Luiz Parizotto	Arnaldo Herrmann
Remi B. Eidt	João Eberhardt
Krijjn, Wielemaker	Mário A. Krüger
Ivo V. Basso	Cláudio Pradela
Paulino Stragliotto	Noé da S. Peixoto
Vagner M. Sá	Omar Cunegatti
Oscar Vicente Silva	Flórcio Barreto
Suleiman G. Hias	Leonildo A. Pötter
Ademar L. Comin	Cândido de G. Dias

CONSELHO FISCAL

Efetivos	Suplentes
Antenor Vione	Valter L. Driemeyer
Frederico Stefanello	Darci Aléssio
Ruy A. Raguzzoni	Antonio da Silva Neto

QUADRO GERAL DE PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES

UNIDADES	Número de assoc.	Aptos a votar	Votaram	Deixaram de votar	% votantes s/ aptos	Votos válidos	% votos vál. s/ votantes	Votos brancos	% votos brancos s/ votantes	Votos nulos	% votos nulos s/ votantes	Não aptos a votar
Ijuí	3.588	3.126	1.204	1.922	38,51	1.096	91,02	86	7,14	22	1,83	462
Ajuricaba	1.247	1.157	476	681	41,14	430	90,33	28	5,88	18	3,78	90
A. Pestana	1.299	1.200	722	478	60,16	676	93,62	39	5,40	07	0,97	99
Jóia	685	548	170	378	31,02	166	97,64	02	1,17	02	1,17	137
S. Augusto	1.204	1.004	497	507	49,50	478	96,17	13	2,61	06	1,20	200
Chiapetta	543	467	276	191	59,10	266	96,37	06	2,17	04	1,44	76
C. Bicaco	709	562	329	234	58,54	317	96,35	09	2,73	03	0,91	147
T. Portela	2.672	2.266	802	1.464	35,39	773	96,38	27	3,36	02	0,25	406
TOTAL DA PIONEIRA	14.382	10.330	4.476	5.855	43,33	4.202	93,87	210	4,69	64	1,43	1.617
Dom Pedrito	2.363	1.055	295	760	27,96	289	97,96	06	2,00	—	—	260
Sidrolândia	262	187	48	139	25,66	40	83,34	08	16,66	—	—	75
Rio Brilhante	371	273	110	163	40,29	109	99,09	01	0,91	—	—	98
Maracaju	485	319	96	223	30,09	91	94,79	05	5,21	—	—	166
Bonito	166	124	58	68	46,77	45	77,59	11	18,97	02	3,44	42
Dourados	1.462	916	326	590	35,58	317	97,24	07	2,15	02	0,61	546
TOTAL REGIÃO MS.	4.451	1.819	638	1.183	35,07	602	94,35	32	5,02	04	0,63	927
TOTAL GERAL	21.196	13.204	5.409	7.798	40,96	5.093	94,16	248	4,58	68	1,26	2.804

Dia de despedidas e homenagens

A solenidade de posse da nova diretoria da Cotrijuí, eleita com quase 95 por cento do total dos votos, aconteceu no terceiro dia de instalação da Assembléia, na sede da Afucotri de Ijuí, com a presença de associados das três Regionais. Entre as homenagens prestadas pelo quadro social aos ex-dirigentes, aconteceu a entrega de placas de prata. Depois de fazer um discurso simples, de agradecimento pelo trabalho dos ex-dirigentes frente a Cotrijuí, o conselheiro Paulino Stragliotto, representando a Regional do Mato Grosso, convidou o associado Francisco da Silva Farinha, da Regional de Dom Pedrito, para fazer a

entrega da placa ao ex-presidente Ruben Ilgenfritz da Silva, hoje Secretário Geral do Ministério da Agricultura. O ex-vice-presidente da Cotrijuí, Arnaldo Drews, recebeu a homenagem através do associado Pedro Bizzarelo, representando a Regional Pioneira. Oswaldo Meotti, tão logo tomou posse, disse que uma Cooperativa não se faz com bens materiais, mesmo que esses bens representem um grande volume financeiro, mas com produtores conscientes e funcionários dispostos a trabalhar pela Cooperativa.

RUBEN: TEMOS A UNIDADE DE AÇÃO

"Acho que nos cabe neste momento, não voltar a construir novas obras, mas não perdermos a nossa visão global. Os associados da Cotrijuí não têm o direito de pensar só em si. Têm que pensar no todo. Têm que pensar na agricultura brasileira. Têm que pensar no agricultor brasileiro. Têm que dar a sua contribuição, para que realmente as decisões que ocorram sejam decisões maduras, decisões pensadas".

"Queremos que o Ministério da Agricultura tenha sua alimentação como nós fizemos dentro da Cooperativa, criticando, propondo, discutindo, fazendo com que esta agricultura não seja só na forma de nós podermos amearhar mais alguns tostões para nosso bolso. Mas que ele seja uma forma de libertação de nosso povo. Comida farta, abundante, geração de riquezas, regras claras e definidas. Responsabilidades distribuídas, descentralização de decisões".

"Dentro dessa nova etapa que a vida nos oferece, gostaria de deixar claro que continuamos a ser o Ruben que até hoje conhecemos. Evidentemente que com uma profunda preocupação de não chegarmos aos gabinetes de Brasília e adotarmos uma postura de tecnocratas. Vocês têm que nos ajudar para que isso não aconteça, porque as máquinas e os problemas são muito envolventes".



Ruben Silva e o associado Francisco Farinha

"E a você Oswaldo, e a teus companheiros: tenha a certeza de que com esse quadro social não há unidade de discurso, mas unidade de ação. Nós não só vencemos os obstáculos que se nos antepõem, mas continuaremos a fazer da nossa Cooperativa uma casa que continuará com a clareza das nossas posições dando sempre grande contribuição".

"Só falo em você Oswaldo, porque não poderia falar em todos. Nós praticamente entramos juntos na Cotrijuí. Você numa área e eu em outra. Você na área operacional, na área mais técnica, na área da contabilidade, da burocracia, dos números. Nós começamos na área técnica da Cooperativa, praticamente como o primeiro agrônomo fazendo o trabalho de assistência técnica. E você sabe que ao longos desses anos sempre soubemos superar nossas divergências e sempre soubemos cultivar de forma muito clara as nossas opiniões".

ARNALDO: O IMPORTANTE É O HOMEM

Dentro de uma sociedade de pessoas como é a Cotrijuí, é importante que haja momentos exatos para tudo. O momento exato dentro da conjuntura brasileira, é o momento da renovação, que não só os associados da Cotrijuí esperam, mas também todos os brasileiros. Tivemos uma transição harmoniosa, passiva e amiga, dentro de um sistema administrativo, de uma Estrutura do Poder. Essa transição, como a que está ocorrendo, é altamente benéfica não só para os associados da Cotrijuí, mas especialmente para o sistema cooperativista como um todo".

"Temos a certeza de que, dentro dos nossos propósitos, daquilo que achávamos que devíamos fazer, cumprimos com o nosso dever, durante os mais de 15 anos em que trabalhamos na Cotrijuí. Sempre fomos leais em nossos princípios e sempre tivemos a convicção de que aquilo que fizemos seria o melhor para nossos associados".

"Nós não estamos saindo da Cotrijuí. Estamos saindo de uma função executiva, mas permanecemos dentro da Cotrijuí, dispostos a colaborar em tudo aquilo que for necessário e que achamos fundamental para a Cotrijuí. É muito bom que haja idéias diferentes, mas que haja tam-



Arnaldo Drews e o associado Pedro Bizzarelo

bém congregação de esforços".

"Temos certeza que essa nova diretoria vai levar a Cotrijuí a uma unidade só, onde todos terão de trabalhar juntos. Acredito que só assim poderemos vencer todas as dificuldades financeiras. Nós temos tudo para vencer. Temos um patrimônio invejável, embora o importante numa cooperativa não seja o patrimônio, mas sim o homem. E isso a Cotrijuí tem. E deve-se considerar não só o quadro de associados, mas também o quadro de funcionários, o quadro de administradores que hoje assume a Cooperativa".

"Estou totalmente à disposição da Cotrijuí, da sua nova diretoria para prestar minha colaboração, principalmente nessa fase de transição. É a renovação que todos desejam. Quando se fica muito tempo trabalhando num setor, naturalmente se cai na rotina. Hoje essa rotina está sendo rompida".

Assembléia tranqüila

A Assembléia deste ano foi realizada nos dias 9, 10 e 11 de abril, na Afucotri de Ijuí e contou com a presença de um significativo número de associados das Regionais Pioneira, Dom Pedrito e Mato Grosso. No primeiro dia, os trabalhos iniciaram às 14 horas com a leitura do Relatório da Diretoria e a discussão do Balanço. Os trabalhos de aprovação do Balanço foram presididos pelo associado Alfredo Driemeyer. O Balanço não chegou a causar surpresas e nem debates, pois os números já eram do conhecimento dos associados. Durante todo o mês de março foram realizadas mais de 200 reuniões de núcleos em toda a Cotrijuí para apresentação e discussão do Balanço.

Logo após a aprovação do Balanço a Assembléia autorizou a Conselho de Administração e alienar ou adquirir bens imóveis, bem como contratar financiamentos, que são questões do dia-a-dia da Cooperativa, mas que de acordo com a lei precisam da autorização expressa da Assembléia. Se por acaso não acontecer essa autorização, toda a vez que a Cooperativa necessitar contratar algum financiamento ou comprar algum imóvel, terá de convocar a Assembléia para receber a au-

torização.

Nessa mesma tarde foi feita ainda a ratificação, ou seja, a confirmação de venda de alguns imóveis que ocorreram no exercício de 84. Sempre que a Cooperativa se desfaz de algum imóvel, ela precisa da ratificação da Assembléia, para que a transação ocorra de forma legal. Entre os bens vendidos durante o exercício de 84 e ratificados pela Assembléia, estão: uma área de terra em Coronel Barros, Ijuí; uma área de terra em Capão Bonito, no município de Santiago; um terreno na Vila Mauá, em Ijuí; área de terra entre a linha 3 e 4 Oeste, em Ijuí; terreno em Santo Augusto; terreno em Tronqueiras, Tenente Portela; área de terra em Campo Grande, Diamantino e Bonito, no Mato Grosso e a Fábrica de Óleo em Rio Grande. Outro assunto definido ainda no primeiro dia da Assembléia foi o da fixação dos honorários da diretoria.

No dia 10, ainda com a Assembléia em pleno funcionamento, aconteceu a eleição. Cento e vinte e cinco urnas espalhadas pela Regional Pioneira, Mato Grosso e Dom Pedrito, facilitaram o trabalho de votação. Pela primeira vez os associados



A Assembléia contou com a participação de associados das três Regionais

votaram secretamente e de forma oficial, pois desde fevereiro último, este sistema vem fazendo parte do Estatuto da Cooperativa. As outras novidades da eleição ficaram por conta da reforma administrativa aprovada pela Assembléia Extraordinária do dia 22 de fevereiro. A partir das reformas, os associados elegeram de uma só vez, a direção executiva, os conselheiros de administração e fiscais, três vice-presidentes e três superintendentes (um para cada Regional).

No terceiro dia da Assembléia, foi

feita a posse da nova diretoria e encerramento da Assembléia. Vários associados destacaram o trabalho de Ruben Ilgenfritz da Silva, que deixou a Cotrijuí e hoje assume a Secretaria Geral do Ministério da Agricultura e de Arnaldo Drews. Uma homenagem simples foi feita pelo quadro social aos ex-diretores através da entrega de uma placa de prata. Ruben Ilgenfritz da Silva recebeu sua homenagem das mãos do associado Francisco da Silva Farinha, representante da Regional de Dom Pedrito, e Arnaldo Drews das mãos do associado Pedro Bizzarelo, da Regional Pioneira.

O Relatório do Conselho

O período em análise foi plenamente caracterizado como um dos mais difíceis da história da Cotrijuí, principalmente para a agricultura e, por extensão para o cooperativismo nacional.

Os objetivos do governo foram totalmente dirigidos para a busca de soluções para as dívidas externa e interna do país, em atendimento a política determinada pelo Fundo Monetário Internacional, com o que a agropecuária brasileira foi enormemente prejudicada.

Os recursos do crédito rural, anteriormente tradicionais para o desenvolvimento das atividades do setor, foram paulatinamente suprimidos, enquanto que os juros atingiram patamares que chegaram a representar aproximadamente 50 por cento dos custos totais da produção, totalmente incompatíveis com os índices de rentabilidade da agricultura nacional.

Inserida neste contexto, a nossa Cooperativa partilhou das dificuldades, sofrendo reflexos de forma muito especial nas atividades da comercialização dos produtos recebidos.

ATIVIDADES OPERACIONAIS

No setor de grãos, novamente tivemos um ano anormal, caracterizado mais uma vez pela frustração da safra de trigo. Mesmo assim, registramos o recebimento do expressivo número de 662.730 toneladas, considerando os diversos produtos. Os produtos pecuários mantiveram-se nos mesmos níveis de recebimento, se comparados com o ano anterior. A produção industrial, da mesma forma do que aconteceu no ano precedente, declinou em razão das melhores condições do mercado "in natura", exceção feita ao beneficiamento de arroz, que teve sua produção quase duplicada.

De uma forma geral as atividades da nossa Cooperativa mantiveram seu desenvolvimento normal dentro das condições de mercado e de acordo com as limitações impostas pela conjuntura nacional.

A receita global teve um crescimento de 228,71 por cento, o que significa 4,92 por cento acima da inflação do ano. O resultado operacional bruto, excluindo-se os encargos financeiros, foi positivo.

A exemplo dos anos anteriores, novamente os gastos com encargos financeiros tolheram a possibilidade de um melhor resultado geral para a nossa Cooperativa. Neste ano, os encargos financeiros atingiram a soma de cento e quarenta e um bilhões de cruzeiros, que comparados com uma receita global de quinhentos e cinquenta e nove bilhões de cruzeiros, corresponde a significativa parcela de 25,32 por cento. Embora esta soma dispendida com encargos financeiros, o prejuízo econômico apresentado no exercício, foi de onze bilhões, duzentos e vinte milhões de cruzeiros, o que bem demonstra que as atividades operacionais da Cooperativa tiveram um desenvolvimento satisfatório.

SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Nossa liquidez geral apresenta um crescimento do capital de giro negativo, que totalizou em 31 de dezembro o valor de oitenta e um bilhões e sessenta e sete milhões de cruzeiros. Tal crescimento é oriundo da "rolagem da dívida", quando ocorre a incidência dos encargos financeiros, que são superiores a correção monetária.

A situação econômica, dada pela relação do Passivo Circulante a curto prazo, sobre o Ativo Circulante total acrescido do Ativo Permanente, é ótima ficando na ordem de 41,45 por cento. Isto quer dizer que é exigível pelos credores 41,45 por cento do Ativo da Cotrijuí, cujo patrimônio líquido é da ordem de trezentos e trinta e dois bilhões de cruzeiros, não considerada a valorização das terras da Amazônia. Num esforço de superarmos a difícil situação financeira, contamos com esta área de 396.150 hectares, situada na Rodovia Transamazônica, que, considerando os preços praticados na área, no ano em exame, apresenta um valor de oitenta e dois bilhões de cruzeiros, sem considerar a exploração da madeira existente. Este item constitui-se em grande fator de segurança ou reserva em condições de, se necessário, contribuir para a solução das dificuldades financeiras.

Em que pese os esforços realizados,

o programa de desmobilização previsto para o ano, não se concretizou no todo. Foi efetuada a venda da indústria de óleos de Rio Grande, cuja operação, devida ao seu valor, não foi concretizada totalmente à vista. Essa venda resulta em reflexos ainda para o ano de 1985 no tocante a melhoria de disponibilidade de capital de giro.

Relativamente a alienação do Terminal Marítimo, embora em mais de uma oportunidade tivéssemos de parte do Ministro do Planejamento, promessa formal de conclusão da transação ainda no exercício de 1984. Tínhamos inclusive obtido voto favorável deste Ministério, do Ministério da Agricultura e do Ministério da Fazenda, mas por motivos que desconhecemos, a decisão final foi protelada pelo Ministério dos Transportes. Com a instalação da Nova República, pretendemos retomar as negociações.

SUBSIDIÁRIAS

Para cobrir o déficit da nossa subsidiária Hospitalar Bom Pastor S/A, transferimos no exercício de 1984 a importância de duzentos e sessenta milhões de cruzeiros, já considerados no resultado do Balanço. Esta verba faz parte do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, originada do convênio Funrural. Esta providência foi "ad referendum" da Assembléia Geral, para o que solicitamos agora a devida autorização dos senhores associados.

COMENTÁRIOS FINAIS

No exercício em análise, merecem especial destaque os seguintes assuntos:

- A realização do plebiscito referente a "Estrutura do Poder", onde os associados optaram pela aprovação dessa prática, que vem consagrar dois princípios básicos;
- O da participação organizada dos associados através de seus representantes eleitos sob princípios totalmente democráticos;
- A eleição do Conselho de Administração através do voto direto universal.
- Como decorrência normal da aprovação da "Estrutura do Poder", ini-

ciou-se junto as bases a discussão para a efetivação de uma reforma Administrativa, na qual o quadro associativo passaria a ter maior representatividade. Ambas as práticas constituíram-se, com as características de pioneirismo, um dos apanágios principais da Cotrijuí, sempre voltada para os reais interesses de seu corpo social;

- Tivemos a lamentar, no exercício findo, o desaparecimento de um sócio-fundador que, além de um cooperativista autêntico, foi durante longos anos membro do Conselho de Administração. Trata-se do Sr. Alberto Sabo, falecido em 12 de novembro, por cujo passamento deixamos registrado o nosso voto de pesar.

No fim do mandato do atual Conselho de Administração e através de seus membros, aqui fica o agradecimento e o reconhecimento a todos aqueles que, indistintamente, emprestaram a sua colaboração no desempenho de nossa árdua missão, em prol da nossa organização e do cooperativismo em geral.

Também queremos registrar os nossos votos de que o corpo associativo continue depositando aquela indispensável, ampla e irrestrita confiança, apoio e solidariedade ao novo Conselho que deverá administrar a Cotrijuí. Aqueles membros que findam seus mandatos, também continuarão, de igual forma, a prestar seus serviços em favor do desenvolvimento e solidez da nossa Cooperativa.

No limiar da Nova República instalada em março, quando as expectativas e os anseios das classes produtoras e demais segmentos da sociedade brasileira esperam ser atendidos na amplitude de suas necessidades, por um governo em que depositam todas as suas esperanças, se enaltece e se fortifica a nossa convicção de que, a partir de um esforço conjunto de produtores associados, Conselho de Administração e quadro de funcionários, haveremos de encontrar as soluções para os nossos problemas. Desta forma, seguindo o lema "Unidos Somos Fortes", estaremos colaborando, efetivamente, para a constituição de um país econômica e socialmente mais justo.

A Diretoria

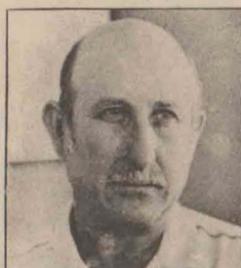
ESTES SÃO OS INTEGRANTES DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL



Luiz Berschorner



Oscar Hoerle



Euclides Gabbi



Antônio Bandeira



Ido Weiller



Paulino Rosa



Irani Amaral



João da Luz



Luiz Parizotto



Remi Eidt



Krijn Wielemaker



Paulino Stragliotto



Vagner Sá



Oscar Silva



Suleimann Hias



Ademar Comin



Antenor Vione



Frederico Stefanello



Ruy Raguzzoni

O Conselho de Administração conta com nove representantes da Pioneira, cinco do Mato Grosso do Sul e três de Dom Pedrito. Cada regional tem um representante no Conselho Fiscal. O conselheiro Ivo Vicente Basso não aparece acima porque não pôde vir a Ijuí para a assembléia.

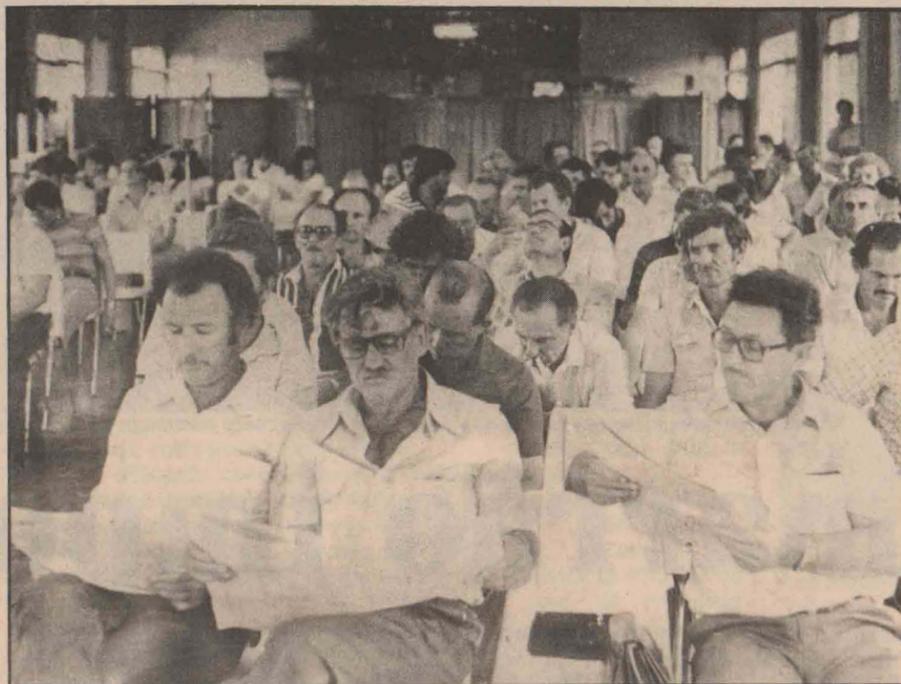
Mais um ano difícil

A recuperação vai depender da redução nos custos financeiros e de algumas desmobilizações

A Cotrijuí atravessou mais um ano de grandes dificuldades, como mostram os números do Balanço do exercício 84, já amplamente discutido e analisado pelo quadro social nas mais de 200 reuniões de núcleos realizadas em todas as Regionais da Cooperativa. Os números estão mostrando que o Balanço fechou o ano com um prejuízo de Cr\$ 11 bilhões, contra os Cr\$ 9 bilhões do exercício anterior. "De uma receita bruta de Cr\$ 590 bilhões, tivemos um custo financeiro de Cr\$ 141 bilhões", explica Oswaldo Meotti, recentemente eleito presidente da Cotrijuí, admitindo ao mesmo tempo que a Cooperativa terá pela frente um período bastante delicado em função até dos custos financeiros que tenderão a continuar elevados. Também interferiu no resultado negativo a frustração de alguns produtos da lavoura de inverno, principalmente o trigo.

Apenas os custos financeiros consumiram no último exercício 25,32 por cento de toda a receita operacional bruta da Cotrijuí. "Indiscutivelmente, diz Meotti, não existe nenhum ramo de atividade em todo o mundo que possa suportar tamanho peso financeiro, e muito menos a atividade agropecuária". Para o presidente da Cotrijuí, esse custo financeiro terá de ser reduzido a no mínimo 50 por cento, "se quisermos que o próximo exercício apresente resultados positivos". Para o setor agropecuário os custos não deveriam ultrapassar a 10 por cento do total da receita bruta, "embora ainda se possa trabalhar com até 12 por cento".

Até agora as despesas financeiras, que são o pagamento de juros sobre os financiamentos pegos pela Cooperativa em Bancos tem sido o item de maior peso e responsável pelo aumento da dívida. Com insuficiência de recursos próprios para a cobertura de seu ativo imobilizado, a Cooperativa é obrigada a buscar dinheiro no mercado com custos elevados e assim poder suprir o capital de giro necessário.



Os associados analisaram o Balanço nas reuniões de núcleos

POSIÇÃO PATRIMONIAL

A Cotrijuí, apesar de fechar o ano em vermelho mais uma vez, tem a seu favor uma posição patrimonial bastante sólida. Atualmente o patrimônio líquido está em torno de Cr\$ 332 bilhões, isso sem levar em conta a área de terra de 396.150 hectares, localizada na Amazônia. "Com todos esses bens que a Cooperativa dispõe (estoques, contas a receber, ativo fixo, entre outros), pagaríamos todo o seu passivo (associados, bancos, obrigações tributárias a curto e longo prazo) e ainda sobraríamos a importância necessária para cobrir o capital integralizado dos associados que devidamente corrigido, atinge a quan-

tia de Cr\$ 27 bilhões", diz Meotti. Isso significa que a Cotrijuí dispõe hoje de 12 cruzeiros e 30 centavos para cada um cruzeiro de capital integralizado.

Mas embora o patrimônio líquido da Cooperativa atinja a significativa quantia de Cr\$ 332 bilhões, o ativo fixo já anda por volta de Cr\$ 413 bilhões, o que significa que ainda temos imobilizado Cr\$ 81 bilhões de capital de terceiros, isto sem considerar a necessidade de recursos para giro (comercialização de safra, insumos, mercadorias, entre outros).

O principal agravante da situação financeira da Cotrijuí está no fato de que

as dívidas à curto prazo são elevadas. "O maior déficit está congestionado em nosso passivo a curto prazo, ou seja, nas contas que a Cotrijuí tem que pagar dentro do atual exercício social". Apenas o passivo fixo (contas a pagar no atual exercício) alcança o montante de Cr\$ 135 bilhões, com um déficit de caixa nominal que chega a Cr\$ 67 bilhões. Em outras palavras, isso significa que a Cotrijuí dispõe de 0,67 centavos de recursos realizáveis para cada cruzeiro de dívida imediata. O correto, segundo Meotti, seria de Cr\$ 1,30 para cada um cruzeiro de dívida. "Naturalmente que esse congestionamento financeiro a custos de mercado bastante alto, é o grande responsável pelo déficit apresentado no Balanço."

COMPOSIÇÃO

Como solução para aliviar um pouco a situação financeira da Cooperativa, Meotti vê como saída imediata uma composição das dívidas a serem pagas ainda no atual exercício para prazos mais longos, que poderão variar entre cinco a 10 anos com custos mais compatíveis. Outra saída, que também ajudaria na recuperação financeira da Cooperativa, é a venda de alguns bens do ativo fixo, que proporcionaria um ingresso de recursos. A venda do Terminal Marítimo, avaliado em Cr\$ 100 bilhões, por exemplo, ajudaria a Cotrijuí a dar um melhor perfil às suas dívidas. A transação de venda do terminal de grãos continua em andamento junto à Portobrás.

Mesmo diante das dificuldades financeiras, Meotti garante que a Cotrijuí continua mantendo prioridade no pagamento das safras aos associados, salários, impostos e fornecedores. "Também temos procurado amortizar, na medida do possível, as dívidas contraídas junto aos bancos". Ressalta ainda que o giro negativo de Cr\$ 67 bilhões vem sendo mantido junto a três bancos, mais a Companhia de Financiamento à Produção - CFP.

Os planos da nova direção

"Temos plena consciência da grande responsabilidade que hoje nos é legada", disse Oswaldo Meotti ao ser empossado presidente da Cotrijuí no dia 11 de abril. Falou da responsabilidade que terá em substituir homens de grande capacidade e carisma como foram os presidentes anteriores, num momento em que a Cooperativa atravessa uma conjuntura global bastante difícil. A integração do corpo associativo, segundo o presidente eleito, será o grande legado deixado pela administração anterior. "Tamanha expansão horizontal não teria maneira de ser unificada, se não houvesse uma compreensão, uma organização, uma maior conscientização do corpo social".

Para Oswaldo Meotti, cooperativismo não se faz apenas com bens materiais, ainda que estes tenham uma grande respeitabilidade e representem um grande volume financeiro. "Uma cooperativa se faz com produtores conscientizados e funcionários dispostos a ajudar a gerir seus destinos". Partindo do princípio de que cooperativismo se faz com pessoas, prometeu dar ênfase toda especial ao trabalho de conjunto e integração do corpo associativo da Cooperativa com os órgãos de classe, com empresas e com outras cooperativas, "pois também o cooperativismo não se faz de forma isolada". Também pretende trabalhar de comum acordo com os poderes constituídos, considerando a comunidade como um todo, quer se-

ja na Região de Dom Pedrito ou no Mato Grosso. "A Cotrijuí é uma célula que nasceu na comunidade e não pode, portanto, ser dissociada dessa comunidade. Temos que discutir seus destinos junto com a comunidade. Saber efetivamente o que o produtor quer da sua entidade, procurando esclarecer convenientemente e com muita insistência o que é a Cooperativa".

Adiantou também que está nos planos da nova diretoria promover mudanças radicais dentro da Cooperativa, "um grande anseio do quadro social", mas sem significar de forma alguma um afastamento da filosofia de trabalho que vinha sendo seguida. Para realizar essas mudanças, Meotti conta com um grande legado: a Estrutura do Poder que vem sendo exercida há quase três anos. Garantiu que todos os associados receberão o mesmo tratamento, quer sejam pequenos, médios ou grandes produtores.

DESMOBILIZAÇÃO

Oswaldo Meotti assume a direção da Cotrijuí num momento bastante delicado, se debatendo entre uma dívida elevada e um prejuízo, registrado no exercício de 84 de Cr\$ 11 bilhões. Mas se de um lado a saúde financeira da Cooperativa preocupa a nova direção, de outro lado vem a tranquilidade garantida pelo sólido patrimônio, que hoje atinge a soma líquida de Cr\$ 332 bilhões.

E é dentro de toda essa conjuntura

de dificuldades que atinge não apenas a Cotrijuí, mas todo o país, especialmente o setor agropecuário e o próprio sistema cooperativista, que a nova diretoria começa a traçar os seus planos no sentido de recuperar a já abalada saúde financeira da Cooperativa. Os planos de recuperação começam com algumas desmobilizações de bens imóveis, como o Terminal Granelero de Rio Grande, em negociação com a Portobrás desde 1982. "Nossos primeiros passos vão caminhar no sentido de procurar definir, de vez por toda, a negociação com a Portobrás. Se não houver mais interesse, vamos pedir a liberação da negociação para procurar outros compradores", esclareceu Meotti, que diz também não entender porque, até hoje, apesar de todos os esforços da direção anterior, a Portobrás não tenha fechado o negócio para a compra do Terminal. "Confiamos agora numa solução justa e imediata por parte do novo governo, mesmo porque temos a convicção da necessidade e utilidade de nosso Terminal Granelero para um perfeito escoamento da safra gaúcha exportável".

A Cotrijuí conta também, "por ordem prioritária", com um área de 396.150 hectares de terra na Amazônia, um valor estimado em Cr\$ 100 milhões. Apenas na Amazônia o presidente conta que já foi investido uma apreciável soma de recursos, "cujo o retorno temos neces-

sidade que ocorra dentro do menor prazo possível".

DISCUSSÃO

Segundo Meotti, o próprio setor de lojas e mercados da Cotrijuí deverá muito em breve ser assunto de ampla discussão e análise pela nova direção em conjunto com o quadro social. No entendimento da nova administração este setor tem condições de trazer uma maior rentabilidade para a Cooperativa. Na mesma situação também se encontram as empresas subsidiárias bem como as centrais das quais a Cotrijuí faz parte.

Afora a desmobilização, a nova diretoria conta com uma maior participação do quadro social, tanto na entrega da produção como na discussão dos problemas da Cooperativa, "pois só assim poderemos, aos poucos, ir aperfeiçoando o sistema", diz Meotti. Ele lembra que a Cotrijuí é formada por 21 mil associados, mas que no entanto somente dois terços vêm operando na Cooperativa. E destes, mais dois terços operam apenas de forma parcial. "É claro que em nenhum momento nos passou pela cabeça tomar decisões drásticas em relação a esses associados que deixam de operar com a Cooperativa. O que queremos na verdade é trazê-los de volta, através do diálogo, para dentro da Cooperativa. Sabemos que será um trabalho difícil e que dependerá em muito da conscientização do quadro social e do próprio trabalho do quadro funcional".

“Um pé de erva mate é dinheiro no bolso. Esta é uma árvore santa”. Este entusiasmo com a planta foi manifestado pelo ervateiro Oscar Ignácio Büttenbender, dono da Indústria Vier, de Santa Rosa, durante um debate da III Fenamate — Festa Nacional do Mate, dia 12 de abril em Coronel Bicaco. Só que esta planta santa, e que pode garantir uma boa receita aos agricultores, quase desapareceu da paisagem do Rio Grande do Sul, o Estado que mais produz e mais consome mate. Parece mentira, mas os gaúchos importam de 60 a 70 por cento da matéria-prima destinada às suas indústrias.



Mais de três mil pessoas visitaram a Fenamate. Mas poucos ervateiros participaram da feira deste ano em Coronel Bicaco

O chimarrão importado

A Fenamate, realizada de 11 a 14 de abril, no Parque Ramão Luciano de Souza, é uma espécie de vitrina, que o setor, na verdade, ainda não se dispôs utilizar como forma de se promover o produto. E tudo isso pode ser reflexo de uma área que ainda tem muito de artesanal, apesar da moda do gauchismo, do mercado cada vez mais exigente e complicado e das tentativas para que a erva mate receba, finalmente, a atenção técnica que merece. Afinal, como se disse durante o debate sobre a cultura, ainda não foram identificadas nem mesmo as variedades dos ervais existentes no Estado.

20 ERVATEIROS

A Feira foi promovida pela Prefeitura do município, com o apoio da Cotrijuí, que ficou na coordenação técnica, junto com a Emater. “Esta foi a melhor feira das três já realizadas”, disse ao final da mostra o presidente da comissão central, Joaquim Santana Goulart. Estiveram no parque de 3 a 4 mil pessoas, que puderam visitar estandes com todo tipo de produto, desde livros, artesanato em couro, artigos coloniais e, é claro, erva mate.

Mas dos 120 expositores, apenas 20 eram ervateiros, e quase todos eles representando indústrias de médio e grande porte. O próprio Goulart reconhece que a maioria das empresas do setor ainda não descobriu a Fenamate como oportunidade para divulgação de suas marcas. Apenas as indústrias mais modernas participam da feira, certas de que a promoção oferece retornos, que nem sempre serão imediatos. “Este é um trabalho de conscientização, que obterá resultados aos poucos”, afirma o presidente da comissão, anunciando a próxima Fenamate para daqui a três anos.

NATIVISMO

Goulart ressalta que “o nativismo está novamente valorizando o chimarrão” ao se referir à nova onda de regionalismo, estimulada principalmente pelos festivais de música gaúcha. Oscar Ignácio Büttenbender, da Vier, concorda que “a juventude hoje, para esnobar, toma seu chimarrão, e ao mesmo tempo está tomando um remédio”. As estatísticas mostram que, de 1979 até o ano passado, o consumo de erva no Estado cresceu em 2 mil toneladas, passando de 26 para 28 mil toneladas.

Essas estatísticas, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, não levam em conta, no entanto, toda a produção caseira e de ervateiros ditos clandestinos. Estas indústrias coloniais seriam responsáveis hoje por uma produção equi-

valente a 60 a 70 por cento da produção oficial, que este ano pode ficar em torno de 29 mil toneladas, no Rio Grande do Sul. Em todo o país, a produção de erva vem se situando em cerca de 60 mil toneladas ao ano, mas boa parte é exportada.

IMPORTAÇÃO

É provável que o aumento da demanda, de 79 para cá, tenha sido superior a 2 mil toneladas, exatamente em função da produção das indústrias não controladas pelo IBDF. O instituto fiscaliza 72 empresas ervateiras no Rio Grande do Sul, que dependem da importação de até

70 por cento da matéria-prima do Paraná e de Santa Catarina. Este, aliás, é o maior problema enfrentado hoje pelas empresas, em consequência da redução nos ervais gaúchos, com a entrada da soja na lavoura, na década de 70.

Isso quer dizer que o Rio Grande do Sul poderia produzir o dobro do que vem produzindo, e mesmo assim haveria garantia de mercado. “A riqueza de nossa região foi destruída, e os poucos teimosos que mantiveram seus pés de erva hoje riem dos que os chamavam de burros”, relembra Oscar Büttenbender. Ele garante

que há uns quatro anos nenhuma outra cultura garante a remuneração assegurada pela erva, mas faz um alerta: “Não vamos ser imediatistas de novo, e investir em demasia na formação de ervais”. Mas o industrialista está certo de que ninguém irá se arrepender, se formar pequenas áreas, “pois dentro de pouco tempo irá faltar erva no Estado”.

A Vier vem produzindo por ano 3 milhões e 600 mil quilos de erva, e adquire 92 por cento da matéria-prima do Paraná e de Santa Catarina. A indústria, uma das mais modernas e que mais produz no Estado, poderia chegar até 7 milhões de quilos, se houvesse oferta de matéria-prima no próprio Estado. Durante o debate, Oscar também advertiu seus colegas empresários do setor, para que se organizem mais, em função das mudanças de comportamento do mercado, hoje praticamente dominado pelas grandes redes varejistas.

PESQUISAS

A mesa-redonda promovida pela Cotrijuí e Emater teve como debatedores, além do ervateiro, o agrônomo Lair Ferreira, da Secretaria da Agricultura, o biólogo Renato Kaspari, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o professor Alfredo Ferreira, do Departamento de Botânica da mesma universidade, todos eles especialistas em erva mate. Eles relataram trabalhos que vêm sendo realizados nesta área a nível de pesquisa, reconhecendo que ainda há muito a fazer para que a cultura volte a ocupar espaços no Estado.

Este ano, foram investidos cerca de Cr\$ 57 milhões na Fenamate, através de recursos do município, liberados pelo prefeito João Venildo dos Santos, e do apoio de patrocinadores. Aos poucos, a Feira vai motivando os agricultores a reinvestirem na cultura, como lembra Antoninho Rossoni, gerente da unidade da Cotrijuí e vice-presidente da comissão. Segundo ele, a unidade já distribuiu, desde a realização da primeira mostra, em 1980, em torno de 30 mil mudas de erva. Este ano, foram vendidas 500 mudas, a Cr\$ 2.500 cada uma. A Feira teve a coordenação técnica do agrônomo Adão Acosta, da Cotrijuí em Coronel Bicaco.

Antoninho Rossoni

Sem corante e detergente

Há uns dois anos, muita gente andou desconfiando de certas ervas que, depois de longas rodadas de chimarrão, continuavam espumando na cuia e mantendo a cor verde bem viva. Foi aí que surgiram as denúncias de que alguns ervateiros usavam detergente e corante, mas a Secretaria da Saúde andou investigando o caso e nada ficou comprovado. Isso chegou a abalar um pouco a confiança dos gaúchos na qualidade do chimarrão que vinham tomando. Mas não preocupa ervateiros que ainda utilizam um sistema rudimentar, quase artesanal, de fazer mate.

É este o caso de Roberto Zanella, proprietário da Indústria de Erva Mate Serra Verde, de Coronel Bicaco, uma pequena fábrica existente há quatro anos e mantida com apenas cinco pessoas. Ele está nesta lida desde 1971, pois trabalhava em sociedade, e há quatro anos decidiu formar sua própria indústria. “Com produto de qualidade é que se conquista o mercado”, garante Zanella, que pretende produzir 45 mil quilos de erva da safra que se inicia em maio e vai até setembro.

Na indústria Serra Verde, não se utiliza nenhum produto químico para melhorar o aspecto da erva, segundo ele. O importante é trabalhar bem o produto, especialmente no início da etapa de industrialização, quando a erva é sapecada. Da sapecagem, que desidrata as folhas e evita a oxidação (a ferrugem), é que depende um produto de qualidade. Se isso não é bem feito, a tendência é de enegrecimento da erva, que depois de

empacotada pode mofar em pouco tempo, como explica Zanella.

CONSERVAR

Ele dá alguns conselhos ao consumidor. Primeiro, é preciso apalpar o pacote de erva, para que se possa sentir com a mão se ela está mesmo bem soltinha. Se o pacote está pesado, meio endurecido, isto é sinal de erva mofada. Depois do pacote aberto, é preciso dar atenção à cor da erva, que deve ser de um verde bem vivo, o tal verde periquito. A erva meio amarelada não é da boa, pois isto pode ser sinal de uma sapecagem mal feita.

O produto sem qualidade também preteia logo na cuia, fazendo com que em pouco tempo o mate fique lavado. A erva pode também ficar preta por descuido ou falta de conhecimento de quem faz o chimarrão. Isto acontece quando se usa desde o início a água quente. Zanella é dos que recomendam que primeiro se utilize a água fria, para só depois usar água morna, e finalmente a água quente, evitando-se assim que a erva seja queimada.

O ervateiro adquire quase toda a matéria-prima para sua indústria no município, e junto com outras quatro pessoas se encarrega de todas as tarefas, desde a colheita até a comercialização. A erva é comprada no pé, e até o dia 12 de abril ele estava pagando de Cr\$ 5 a 6 mil pela arroba (15 quilos de folhas) ao produtor. No varejo, sua erva estava sendo vendida a Cr\$ 2.500 o quilo. “Tirando o ICM, gastos com mão-de-obra e outras despesas, sobra um lucrinho”.

Dinheiro fácil no bolso

Um erval dá pouco trabalho e garante uma boa receita

José Mattioni, agricultor da localidade de São Judas, em Chiapetta, irá ganhar um bom dinheiro com erva este ano. E poderia ganhar mais ainda, se não tivesse derrubado boa parte de um erval existente numa área total de 66 hectares, da propriedade que adquiriu há mais de 20 anos. Além dos pés arrancados, outros acabaram morrendo, prejudicados pelo manejo da lavoura, mas mesmo assim sobrou muita coisa. Tanto que na atual safra ele espera vender 40 mil quilos de erva

“Na época em que arranquei uma parte, me chamaram de louco porque não arranquei tudo de uma vez”, conta seu Mattioni, que não sabe calcular a área ocupada pelo erval. Ele já vendeu 20 mil quilos para uma indústria de Santa Rosa, a Cr\$ 400 o quilo, mas espera receber mais pelos 20 mil quilos restantes desta safra, que vai até por volta de agosto. Mesmo que venha a ganhar apenas Cr\$ 400 pelo quilo — um preço que considera baixo —, o agricultor receberá Cr\$ 16 milhões pela venda da erva.

DINHEIRO LIMPO

Ele admite que esse dinheiro entra quase limpo, ou seja, é quase todo lucro, pois a despesa com a manutenção do erval quase não existe. “Há uns cinco ou seis anos — relembra seu Mattioni — a erva não valia quase nada. Mas hoje não derubaria mais nenhum pé para plantar soja”. Ele está fazendo exatamente o contrário, pois plantou umas sementes próprias, agora em abril, para ampliar o erval.

Há uns 20 anos atrás, seu Mattioni chegou a lidar com a industrialização da erva, mas desistiu da atividade, porque não garantia lucros. Até hoje ele tem a sapecadeira, o barbaquá e o soque, mas não pretende voltar a fabricar. Quem anda se entusiasmando com a idéia de investir nu-

ma indústria é o filho de seu Mattioni, Eduardo Mattioni, que cuida do erval junto com o pai.

LUA NOVA

Eduardo conhece muito dos segredos de uma boa erva e do manejo com um erval. A colheita, por exemplo, segundo ele, não pode ser feita nunca quando a lua é nova. Isso porque o broto dos galhos cortados nascem mínguados. A melhor época para o corte, em qualquer outra lua, é entre junho e julho, mas aí há o perigo de uma geada. Para escapar da geada, o bom seria colher depois de agosto, mesmo que em junho e julho é que a erva esteja mais enxuta, bem madura. Os galhos devem ser cortados a facão, com um golpe de baixo para cima. De cima para baixo, o corte pode rachar o galho.

Eduardo concorda com os ervateiros sobre a importância da sapecagem da erva, para que o produto seja de qualidade. “Se não for bem sapecada, a erva fica amarga e preteia logo”, diz ele. Há um detalhe que pode indicar se as folhas foram ou não bem sapecadas. A erva que teve um bom aspecto tem os pauzinhos (pedacinhos dos galhos) sem casca. Se os pauzinhos tiverem casca, é porque essa primeira etapa do processo de industrialização não foi bem feita.

SEM TENTACÃO

Na Linha 19, em Ajuricaba, o seu Natal Lorenzon, dono de 65 hectares, ocupa 3 hectares e meio com um erval que ele mesmo formou há 15 anos. No ano passado, ele colheu uns 37 mil e 500 quilos de erva, e conseguiu em torno de Cr\$ 10 milhões com a safra, vendendo cada arroba de 15 quilos a Cr\$ 4 mil. Este ano, seu Natal não tem erva para vender, pois o corte é feito de três em três anos. Se tivesse erva, ele não venderia por menos de Cr\$ 10 mil a arroba, ou seja por

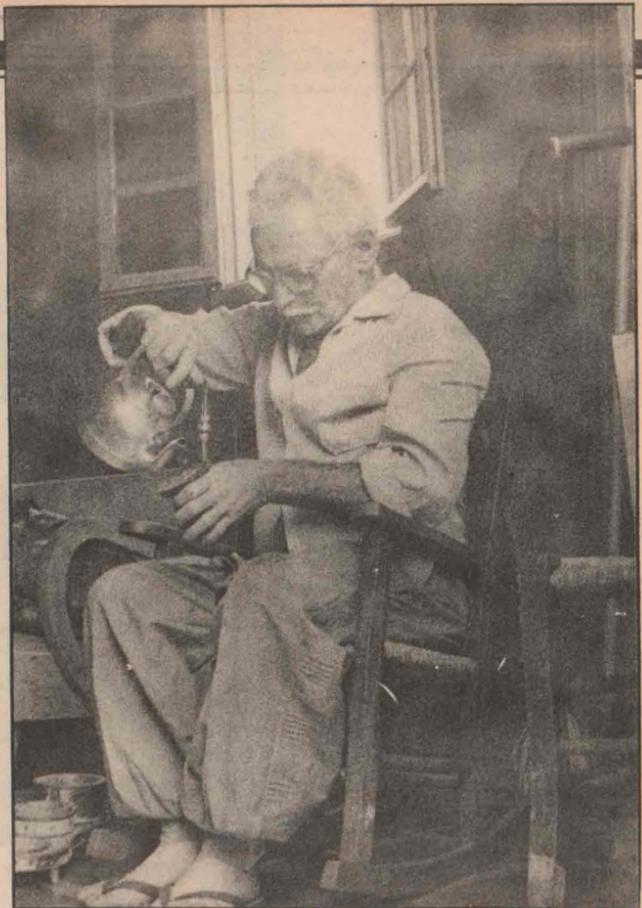
uns Cr\$ 670 o quilo.

Quando formou o erval, por volta de 1970, seu Natal aproveitou uma área de capoeira, onde havia ainda lavoura. Depois, a soja ficou supervalorizada, mas mesmo assim ele não caiu na tentação de arrancar os pés de erva para se dedicar somente à lavoura da moda. “Achei que não valeria a pena arrancar, porque eu mesmo havia plantado”, conta hoje o agricultor.

MISTURAS AMARGAS

“Levando em conta as despesas da soja, dá pra dizer que a erva deixa mais lucro, mesmo que a safra não aconteça todo o ano, pois as despesas são poucas”, segundo ele. Seu Natal pretende manter a mesma área, mas irá cuidar do erval, com a aplicação de calcário e adubo. Ele acha que o produto terá preços ainda melhores, daqui pra frente, mesmo porque a erva do Rio Grande do Sul é a mais procurada pelas indústrias, que têm sido obrigadas a comprar matéria-prima de Santa Catarina e do Paraná.

“A erva catarinense — assegura seu Natal — é muito forte. Dizem que os ervais de lá são selvagens, e que utilizam as folhas até para fazer tinta”. Às vezes, quando toma chimarrão, ele desconfia do gosto amargento do mate, e acredita que a erva é de Santa Catarina. O gosto amar-



José Mattioni venderá 40 mil quilos de erva nesta safra

go, no entanto, pode também ser provocado pelas misturas, pois alguns ervateiros desonestos às vezes inventam de usar folhas de caúna, de abacateiro e até de vassoura para ganhar mais dinheiro.



Eduardo



Lorenzon

Em julho, o início do replante



Daqui a pouco, a partir de julho, poderá ser iniciado o plantio de mudas de erva mate na região. O transplante das mudas é recomendado para o fim do inverno, entre julho e setembro, como relembra Renato Borges de Medeiros, diretor técnico da Cotrijuí. E mais uma vez, como acontece todo ano, pequenos novos ervais irão surgir em municípios da Pioneira, onde muitas áreas menos nobres, que não se prestam muito para a lavoura, podem garantir uma receita complementar ao agricultor.

Renato observa que a erva mate pode ocupar não só estas áreas consideradas marginais, de terra dobrada, mas também espaços dentro da própria lavoura. A erva, afinal, não irá concorrer com outras culturas, e seu plantio deve ser estimulado como parte do programa de diversificação das atividades na propriedade. Ela pode ser cultivada também em áreas com pastagens perenes consorciadas.

O importante, para o agrônomo, é que os ervais, a exemplo de qualquer outra alternativa para diversificação, ocupem espaços não muito grandes em várias propriedades. É assim que se evita o risco de investimentos maciços numa cultura. Pequenos ervais, distribuídos num bom nú-

mero de propriedades, podem garantir uma receita segura ao produtor, e evitar que saiam da região recursos utilizados hoje na importação de matéria-prima de outros estados.

CONCORRÊNCIA

Renato ressalta que a Cotrijuí vem incentivando a atividade, e já pensa na possibilidade de entrar inclusive na industrialização, atendendo reivindicação dos associados, e ao mesmo tempo dinamizar a produção de mudas. “Se não entrarmos nesta área, poderemos, dentro de pouco tempo, enfrentar a competição de grandes grupos, como aconteceu com o chá da Índia, no mundo inteiro”, afirma ele. Mesmo que, no caso da erva, a concorrência das multinacionais seja mais difícil, ninguém deve se surpreender se esses grandes grupos investirem na área.

Uma muda de erva mate está custando em torno de Cr\$ 3.500, e os pedidos podem ser encaminhados às unidades da Cotrijuí. O agricultor que esteja pensando em formar um erval deve atentar para o detalhe de que precisa abrir as covas com um ou dois meses de antecedência. Esta cova terá 40 centímetros de largura e 50 de profundidade. No fundo, coloca-se uns 10 centímetros de palha, e de-

pois terra do mato. O Departamento Agrotécnico recomenda o uso de 10 a 15 quilos de esterco por cova, e uns 200 gramas de adubo químico. O adubo e o esterco devem ser bem misturados à terra.

SOMBRA

Os ervais formados em áreas abertas, sem a sombra de outras árvores, irão precisar de proteção contra a insolação. A sombra pode ser conseguida com o uso de uma tábua, que ficará do lado oeste, para evitar que o sol mais forte, da tarde, prejudique a muda. Quando plantada em áreas com milho, feijão ou mandioca, a muda terá o sombreamento destas plantas. A erva é sensível ao sol forte no seu primeiro ano.

A adubação, após o desenvolvimento da erva, pode ser feita a cada cinco anos, entre fevereiro e abril, com 200 gramas de super fosfato triplo por hectare e 200 gramas de cloreto de potássio. Anualmente podem ser usados também 200 gramas de uréia por planta, em outubro, após a colheita. Nos dois primeiros anos, deve ser feita a poda de formação, para que o tronco não cresça muito e a copa fique mais arejada, com ramificações laterais.



Secretário geral do Ministério quer que o pequeno produtor deixe de ser usado como instrumento para especulação

RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA

VAMOS OCUPAR ESPAÇOS

O ministro Pedro Simon entregou ao presidente José Sarney um documento com 99 páginas, contendo observações de sua pasta. Quais os principais pontos deste trabalho?

Este trabalho contém uma análise da realidade do setor hoje, em relação aos principais produtos e em relação aos problemas enfrentados pela produção como um todo. Ele identifica de uma forma especial o momento, que é de gravidade, do setor primário, como consequência da política econômica adotada até então. Houve um aumento muito grande dos custos de produção, e um acentuado reajuste de preços mínimos, sem que houvesse uma compensação em termos de poder aquisitivo. Continuou o arrocho salarial, e isto não permite que a produção seja absorvida normalmente pelo mercado.

O mercado externo também conta com adversidades, com preços muito baixos para os principais produtos de exportação, como é o caso da soja. Isso chegou a obrigar o governo a tomar uma decisão política, no sentido ou de comprar toda a produção, através das AGFs (Aquisição do Governo Federal), ou criar recursos para a comercialização, através de EGFs (Empréstimos do Governo Federal). Com os EGFs, a produção pode ser canalizada, comercializada, pela iniciativa privada, pelas empresas, pelas cooperativas, evitando-se um processo de estatização da produção. Este documento identifica estes problemas, e podemos dizer que, em parte, as reivindicações do Ministério foram atendidas.

Os recursos necessários para o mês de abril, que se situavam, em termos de EGF, em um trilhão e meio de cruzeiros, foram integralmente colocados à disposição dos produtores. Também as necessidades da AGF, que se situam em torno de um trilhão e duzentos milhões, serão atendidas. Precisamos definir agora os recursos para maio e todo o período de comercialização, até setembro. Num primeiro momento, a preocupação do Ministério da Agricultura foi a de atender essa demanda de recursos para comercialização. Também está se buscando operacionalizar os estoques reguladores, como são os casos do leite, da carne, do milho, feijão e arroz.

Ao mesmo tempo, o ministro Pedro

Simon enfrentou as consequências deste imprevisto constrangedor, que o país não merecia, e que foi a doença do presidente Tancredo Neves. Isso fez com que houvesse uma cautela, com respeito a princípios éticos perfeitamente compreensíveis, que adiaram algumas decisões. Mas o presidente em exercício dará condições para que os diversos ministérios formem os seus escalões. Com isso, poderão ser tomadas decisões a nível da CFP e da Embrapa, com a formação da equipe do Ministério.

Formada esta equipe, o Ministério deixará de atender apenas às circunstâncias do momento, para pensar numa política mais ampla, mais global. Há necessidade de definição dos recursos para a próxima safra de verão. O Ministério participará também de alguns projetos, principalmente o Projeto Nordeste, recentemente criado, e que é uma proposta que, se levada às últimas consequências, poderá fazer com que o Nordeste tenha um comportamento completamente diferente do de hoje. O projeto poderá permitir uma vida mais humana, mais condizente, com a aplicação de um grande volume de recursos destinados a 600 mil famílias, buscando atingir, para cada uma delas, uma renda líquida de dois salários mínimos mensais.

Há também, como preocupação do Ministério, os problemas de alimentação das populações carentes, que começam a merecer atenção, juntamente com as áreas da saúde e do trabalho. A idéia é de se atender às necessidades das faixas populacionais mais carentes, a curto prazo, com oferta de alimentos, seja pela doação ou com valores adequados à sua capacidade de compra. A postura do Ministério, por orientação do ministro Pedro Simon, visa o restabelecimento da expressão desta pasta, que é muito pobre historicamente em relação à sua importância.

E isso não acontecerá apenas em função do alto significado de um ministro com a envergadura política do ministro Pedro Simon, mas pela alimentação deste Ministério através das diversas representações que vão estabelecer a efetiva política desta área. A intenção é a de fazer com que as entidades de classe, seja do setor primário como do agroindustrial, e também a nível de consumidor, levam ao Ministério da Agricultura as suas posições, dentro de uma ação global, para que a política agrícola não tenha

a característica da tecnocracia, mas sim do interesse de produtores e de consumidores. Também buscaremos uma integração com outras pastas, em especial com o Ministério de Assuntos Fundiários.

Qual a sua expectativa nesta área, relacionada com as questões da terra?

Nós temos a absoluta convicção de que desenvolveremos um trabalho muito estreito, muito próximo, entre estes dois ministérios, no sentido de fazer com que seja conseqüente o processo de acesso à terra. O acesso à terra não pode ter a característica da especulação imobiliária. O pequeno produtor não pode ser utilizado como instrumento para a especulação, como tem acontecido historicamente. O acesso à terra deve significar para o produtor uma forma de libertação, uma forma de assegurar o bem-estar e oportunidade de educação para seus filhos.

Assim é que o produtor poderá contar também com instrumentos adequados para a produção de produtos de mesa, como o feijão, o milho, o arroz, a mandioca. Estas são as atividades que ocupam mão-de-obra, e que precisam ser acionadas com a maior velocidade possível, fazendo com que a pequena propriedade tenha condições de usar aquilo que ela tem de melhor, que é a sua mão-de-obra.

Pontos de vista como estes serão considerados no plano para reforma agrária, que será posto em discussão a partir de abril?

O Ministério da Agricultura não tem nenhuma ingerência no que diz respeito ao aspecto fundiário propriamente dito. Mas terá uma influência muito grande, por razões da sua própria qualificação, e pelas suas responsabilidades, no que se refere ao processo produtivo. Os recursos para produzir e para comercializar, a tecnologia, a extensão rural e outros aspectos são fundamentos básicos que o Ministério terá tanto nesta área fundiária como no Projeto Nordeste.

E o subsídio ao trigo? Consta algo a respeito deste assunto no documento entregue a José Sarney?

Dentro do processo democrático que aos poucos se estabelece no país, há neces-

Sepultar a tecnocracia, ouvir as bases, deixar de encarar o produtor como simples objeto nas mãos de interesses estranhos. Estas são algumas das palavras de ordem, que já estão sendo obedecidas no Ministério da Agricultura. Neste comportamento, não está apenas a marca do ministro Pedro Simon, mas também a influência de seu principal assessor, Ruben Ilgenfritz da Silva. O ex-presidente da Cotrijuí, cuja indicação para o cargo foi acolhida por unanimidade, começa a tomar decisões em Brasília, e aos poucos consegue dar amostras de que o Ministério será realmente fortalecido. No início de abril, Ruben esteve em Ijuí, onde concedeu uma entrevista coletiva, falando da situação da agricultura, dos planos da pasta, do cooperativismo, da reforma agrária e da abertura política.

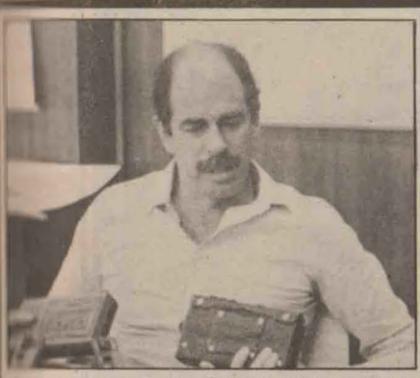
sidade dos órgãos que constituem o poder desempenharem na plenitude as suas funções. De uma forma especial, o Poder Legislativo passa a ter uma maior participação em relação as grandes decisões a serem tomadas no país. No caso do subsídio ao trigo, concedido tanto ao produto importado como ao nacional, há um projeto de lei do deputado Samorim, do PMDB, de Santa Catarina, e um substitutivo do deputado Harry Amorim, do PMDB do Mato Grosso do Sul, em discussão no Congresso.

Estes projetos prevêem o corte no subsídio e a implantação de uma nova política para o trigo. Uma discussão a nível de Legislativo significa uma discussão a nível dos interesses nacionais. Nós imaginamos que isto leve logo a uma decisão, que redefina a aplicação dos minguados recursos do país. Este ano, se prevê uma aplicação de cerca de cinco trilhões de cruzeiros, o que representa quase 50 por cento das necessidades globais para comercialização da atual safra de grãos. O sistema cooperativista já se manifestou, para mostrar que o subsídio ao trigo tem atendido não aos interesses do produtor brasileiro ou do consumidor.

Esta é uma falsa visão, pois ele atende aos interesses do produtor estrangeiro, com elevado ônus para a nação. Para um consumo previsto para este ano de 6 milhões e 400 mil toneladas de trigo, o país importará 5 milhões de toneladas. Há uma articulação política para que estes recursos sejam destinados a outras atividades, pois este subsídio, que estimula o consumo de produtos derivados do trigo, tem restringido a possibilidade de entrada no mercado de uma agricultura mais diversificada. O próprio farelo de soja poderia ser mais consumo no mercado interno.

O subsídio ao trigo pode ser visto como consequência do processo de estímulo à monocultura, que gerou a migração e a dependência em relação a alguns alimentos básicos. Nos últimos anos, a produção somente cresceu na área dos produtos energéticos ou para exportação, enquanto decresceu a oferta de alimentos.

Dados revelados pela Federasul indicam que a agricultura brasileira cresceu 3,9 por cento no ano passado, enquanto que no Rio Grande do Sul regrediu 4,2 por cento. Quais as causas disto e como reverter es-



USARAM O COOPERATIVISMO PARA INTERESSES QUE NÃO ERAM OS DO PRODUTOR

A economia do Rio Grande vive um momento muito difícil. O Estado tem uma posição logística em relação ao mercado interno inadequada, e encontra dificuldades na integração da comercialização, de uma forma especial quanto aos países do Cone Sul. O Rio Grande é também dependente de umas poucas culturas. De uma hora para outra, o Estado mudou seu comportamento, de uma produção de culturas de subsistência para culturas de mercado, com predominância da monocultura, num primeiro momento do trigo, e depois da soja.

Temos, de qualquer forma, algumas atividades no Rio Grande do Sul que, sob o aspecto tecnológico e produtivo são gratificantes para o Estado, como é o caso da cultura do arroz, com bons índices de produtividade. O Rio Grande atingiu uma participação de 40 por cento na oferta de arroz do país. Mas a situação do Estado, no geral, é consequência de um sonho que não aconteceu. O Rio Grande não só empobreceu em relação ao processo produtivo, mas também em recursos humanos, e se descapitalizou.

Com uma política que induziu à horizontalização do processo produtivo, e não sua verticalização, as poupanças do Rio Grande, oriundas do setor primário foram canalizadas para outras áreas do país, para outros Estados. Não podemos continuar pensando em produção apenas com horizontalização, mesmo que o país precise continuar ocupando seus espaços, pois isso precisa acontecer de forma racional.

Quais as outras consequências deste crescimento horizontal, desta busca de ocupação de áreas, como acontece especialmente no Centro do país?

Agora mesmo nos deparamos com uma situação enfrentada nas novas fronteiras, com culturas que são totalmente inviáveis em termos de mercado. O governo está comprando a totalidade desta produção. Para o pequeno produtor, o custo social deste processo de crescimento horizontal tem sido muito elevado. Levantamentos feitos mostram que de cada cinco migrantes pequenos produtores, dois morrem, dois voltam aos seus locais de origem e apenas um fica. Nós precisamos repensar isto tudo.

Precisamos fazer com que a ocupação da terra aconteça também na sua origem, sem que necessariamente tenham que acontecer deslocamentos. A verdade é que não só o Rio Grande está empobrecendo, em consequência disto tudo, mas também os outros Estados do Sul e a nação como um todo. Isso envolve a necessidade de uma série de mudanças na política tributária, na política fiscal, a aplicação de recursos para investimentos.

Como o sr. está vendo o caso da Centralsul com o Bank of América, em que a Central reclama uma indenização de 140 milhões de dólares do banco americano?

Esta é uma questão que ultrapassa qualquer decisão de ordem administrativa. Este é um caso que passa a ter um outro tipo de fórum. Este caso mostra como fo-

ram frágeis as nossas instituições, os nossos controles, e como paulatinamente os grandes interesses internacionais passaram a penetrar e trazer consequências desastrosas aos nossos interesses.

A Centralsul presta, não só ao Rio Grande, mas a todo o país, um grande serviço, a partir do momento em que, embora a sua fragilidade diante do poderio do Bank of America, sem qualquer constrangimento leva às últimas consequências a verificação de um ato que provavelmente não esteja acontecendo apenas na Centralsul. Provavelmente isto tenha reflexos também em outras empresas a nível nacional. A capacidade da Centralsul, a sua coragem de levar isto a público e mostrar como vinham sendo feridos nossos interesses merecem nosso aplauso.

A crise da Centralsul nos traz também um dividendo político do mais alto significado, pela capacidade de desmascarar a forma como os interesses internacionais passavam a atuar, contra os interesses da nossa economia, do Rio Grande e, enfim, da economia brasileira.

O sr. poderia comentar o momento vivido atualmente pela Cotrijuí, com a eleição da nova diretoria, através da participação direta de cada associado?

A postura política da Cotrijuí está hoje absolutamente integrada ao comportamento político da nação como um todo. E a Cotrijuí não vem fazendo isto de hoje. Há três anos, quando da eleição do Conselho de Administração, não ainda de forma oficial como agora, a escolha teve esta característica do voto direto. Nós sentimos que o crescimento da participação com responsabilidade só irá alcançar este objetivo, na medida em que efetivamente as oportunidades dos associados das cooperativas passem a ser uma realidade.

Nós estamos profundamente gratificados pela oportunidade que nos foi dada, ao participarmos da vida da Cotrijuí e chegarmos à situação em que nos encontramos hoje. Temos hoje assegurada a participação de todos na Cotrijuí, e inclusive das minorias. A existência de uma chapa única, que foi consequência de uma ampla discussão, pois não foi uma chapa imposta, é resultado desta participação.

É esta participação política do produtor, o seu poder de decisão, que vai gerar confiabilidade no sistema cooperativista e na própria Cotrijuí, fazendo com que a Cooperativa seja um espelho dos interesses de seus associados. Esta é hoje uma preocupação do sistema todo, de acordo com as características de cada cooperativa. Cada vez mais as decisões saem das salas fechadas e ingressam numa discussão mais ampla.

Qual é a situação financeira da Cotrijuí hoje?

A situação da Cotrijuí é a mesma do Rio Grande e do país. Ela sofre as consequências de uma monocultura. E a Cotrijuí tem algumas particularidades, referentes a investimentos que ela fez, por interesses que não eram propriamente seus, mas do Estado e da nação, que deverão agora ser contemplados, no sentido de se atender à necessidade de capitalização do próprio sistema. A Cotrijuí, felizmente, tem uma situação econômica, patrimonial, muito boa, mas vive uma situação financeira muito difícil, a exemplo da que vive o Estado e todos nós vivemos.

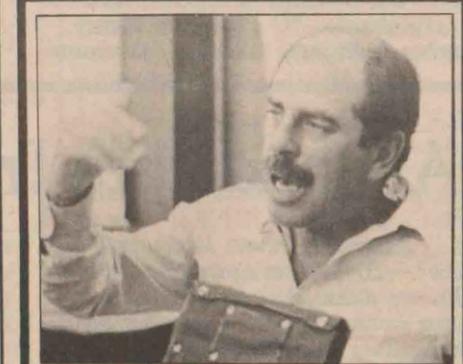
Mas ela tem um patrimônio que permite lhe assegurar o seu fortalecimento. Nós também não temos dúvidas de que dentro dos espaços abertos hoje para os produtores e para toda a sociedade, e de forma particular para o sistema cooperativista, teremos decisões no sentido da criação de linhas de crédito, que inexistem para o sistema deste 1979. Não há qualquer recurso para que o cooperativismo possa cumprir suas funções de forma adequada.

Pela abertura que este governo cria, para a participação dos produtores, que deixam de ser encarados como simples objetos para se transformarem em agentes do processo de decisão, certamente o sistema cooperativista será contemplado em igualdade com as outras áreas que atuam no setor produtivo. O cooperativismo tem sido aliado da competição por tratamento uniforme, que privilegia a área mercantil.

O sr. irá solicitar a presença de outro ljuiese no Ministério da Agricultura?

O Ministério da Agricultura irá precisar do trabalho de todos os brasileiros, de todas as áreas que compõem o processo produtivo. É provável que se venha a contar com o trabalho de algumas pessoas da comunidade, assim que definida toda a estrutura do Ministério. Ainda não há definições neste sentido, mas haverá a necessidade disto, para que inclusive a representação, dentro do Ministério, seja a mais equânime possível a nível nacional.

O Ministério da Agricultura não será um ministério de gaúchos, mas de brasileiros, mas é provável que tenhamos a presença de técnicos e políticos da região, inclusive em funções executivas. Temos também uma preocupação em não criar um esvaziamento muito grande junto às bases. É importante que se mantenham fortalecidas as organizações regionais, os municípios, as cooperativas e as entidades de classe, para que as coisas realmente aconteçam de baixo para cima. Há um risco muito grande, quando se levam os melhores valores para os gabinetes fechados de Brasília, pois poderemos pensar que conhecemos tudo e entendemos de tudo, e continuemos a tomar decisões de cima para baixo.



COM A ABERTURA POLÍTICA, A TECNOCRACIA PASSA A PERTENCER AO PASSADO

O mais importante é que as decisões ocorram de baixo para cima, e para isso é decisivo que os melhores valores da região fiquem aqui mesmo, alimentando o Ministério e a República com as legítimas reivindicações das bases. Assim é que a postura da tecnocracia, com decisões tomadas em salas fechadas, passará a pertencer ao passado. É evidente que a região é rica em recursos humanos, e saberá abrir mão de alguns de seus valores, para que se estabeleçam em Brasília circuitos adequados de intercomunicação. Certamente nós teremos pessoas da comunidade regional e de ljuí participando de funções importantes na administração do Ministério da Agricultura.

Qual a posição do governo com referência ao cooperativismo?

É hora de se colocar a verdade, por mais constrangedora que ela seja. Eu diria que o que há neste momento é uma postura das pessoas que formam o Ministério, mas não uma postura do Ministério. Certamente há uma profunda sensibilidade do ministro, pela sua origem e pela intimidade com o cooperativismo, que é a mesma, obviamente, de seu secretário geral e de muitos outros companheiros que formam o escalão mais próximo do ministro Pedro Simon.

Não há ainda uma postura do

Ministério e do próprio governo em relação ao cooperativismo. O que eu tenho sentido em Brasília, neste pouco espaço de tempo, é que o sistema cooperativista está marginalizado quando das decisões. É um sistema que tem sido ouvido muito sob a forma circunstancial, e isto acontece há tempo. Ninguém ia a Brasília para ajudar a formular uma política, mas sim para evitar os malefícios da política criada. Nós já sentimos, através de contatos com algumas lideranças do sistema, que há grandes espaços a serem ocupados.

O que poderia ser feito para a ocupação destes espaços?

Eu diria aos meus companheiros cooperativistas que a visão do sistema será dada pelo próprio sistema, pela sua efetiva participação, pela sua organização, pelas suas reivindicações. A verdade é que o sistema foi usado, em determinado momento da vida nacional. Usado como instrumento para atender determinados interesses, que na maioria das vezes não eram os interesses dos produtores.

Mas uma coisa é certa. O sistema não mais será um objeto na mão destes interesses. Ele será um meio para concretização de paz social, de produção de alimentos e de realização do produtor, gerando tecnologia e fazendo com que os instrumentos de uma política agrícola cheguem aos verdadeiros interessados.

Como estabelecer o equilíbrio entre o preço justo para o produtor e o preço justo para o consumidor?

Este é um desafio muito grande, pois não há fórmulas mágicas para se chegar a isto. O fundamental é compatibilizar custo de produção com o poder aquisitivo da população. É provável, na medida em que se tenha uma política de renda mais distributiva, que o setor produtivo tenha benefícios, diretos e indiretos, que permitam custos de produção menos altos. Hoje, a retirada do subsídio ao crédito agrícola passou a inviabilizar o processo produtivo, na medida em que não houve contrapartida em relação ao poder aquisitivo.

Por isso, deverá ser ampliada esta discussão em torno da participação dos custos financeiros no custo final da produção. Nós passamos de um custo financeiro com participação de até 3 por cento, na composição das despesas da lavoura para custos que chegam hoje a até 50 por cento. Como o produtor e o consumidor poderão arcar com estes custos em que metade dos gastos são despesas financeiras? Mas a expressão destas decisões será a conjugação de esforços. É preciso termos consciência de que os espaços políticos estão abertos, e precisam ser ocupados de forma consequente.

Quais as perspectivas em termos de juros para a agricultura?

Se depender do Ministério da Agricultura, os juros deverão baixar, mas ele está dentro de um contexto global. A posição do Ministério será a de que os juros devem estar limitados em relação à possibilidade do produtor fluir de forma adequada ao mercado. Se nós tivermos custos financeiros, que façam com que o governo se transforme no único comprador, tendo que subsidiar esta produção para colocar no mercado, estaremos prestando um desserviço. Tiraremos toda a capacidade da iniciativa privada operar de forma adequada.

A posição do Ministério é a de que, no mínimo, não se deve mexer nas taxas atuais. Há, contudo, necessidade de se adaptar estas taxas à capitalização do produtor, e isso tem muito a ver com a inflação. Esta posição não pode nunca ter a característica do paternalismo, mas do realismo. Só é viável um custo financeiro, se houver um consumidor com capacidade para absorver a produção. O Ministério da Agricultura está vigilante, sempre levando em consideração estes parâmetros.

Sem Tancredo

O que será da agricultura com a morte do construtor da Nova República?

O presidente que mais assumiu compromissos com os agricultores, na história da República, não poderá realizar sua anunciada revolução no campo. Tancredo de Almeida Neves faleceu na noite do dia 21 de abril, em São Paulo, sem ter chegado ao governo que possuía as mais claras propostas para a agricultura, nas últimas duas décadas. Com Tancredo, segundo alguns, morrem as esperanças de fortalecimento de um setor tratado com indiferença há muito tempo. Para outros, mesmo com a ausência do presidente, fica aberta a possibilidade da agricultura conquistar, com sua organização, todas as prioridades que o então candidato da Aliança Democrática havia manifestado publicamente durante sua campanha.

A expectativa em torno dos planos de governo de Tancredo Neves para o setor passou a existir de fato em outubro, quando ele falou para mais de 40 mil produtores, no Grito do Campo, no estádio Beira-Rio, em Porto Alegre. A partir dali, Tancredo apenas reforçou pontos de vista que davam toda a prioridade à agricultura. Prometeu a reforma agrária, anunciou a volta do crédito subsidiado e garantiu que, em primeiro lugar, o país iria produzir alimentos para seu próprio consumo.

Esses três projetos, mesmo que ainda meio vagos, eram suficientes para que o produtor apostasse em mudanças. Em sua primeira entrevista coletiva à imprensa, após a eleição, no dia 18 de janeiro, nenhum repórter fez indagações a Tancredo Neves relacionadas com a agricultura. Mas ele tomou a iniciativa de falar sobre o assunto, quando afirmou: "Não existe na face da Terra nenhuma grande nação que não seja uma poderosa pátria agrícola". O Brasil, como se sabe, está longe de ser uma nação agrícola, apesar de contar com uma extensão territorial potencialmente produtiva que nenhum outro país possui.

NADA MUDA

A escolha do senador Pedro Simon para o Ministério da Agricultura reforçou o otimismo dos gaúchos, que se entusiasmaram mais ainda quando Ruben Ilgenfritz da Silva assumiu a secretaria geral da pasta. Mas que força terão Simon e Ruben no novo governo, agora sob o comando de José Sarney. Para o presidente da Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul, Otair Ávila, as esperanças não são muitas. "Eu esperava um Ministério da Agricultura fortalecido, mas o que se nota é que permanece todo o estado de coisas do tempo de Delfim Netto", afirma ele. O presidente da Famasul entende que será preciso esperar durante pelo menos 30 dias, para que se possa saber o que acontecerá nessa área como decorrência da ausência de Tancredo Neves.

Ávila lembra que, antes mesmo do falecimento do presidente, "o Ministério teve de recorrer à área financeira, pedindo recursos, numa prova de que continua esvaziado". Ele prevê que o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, será um novo superministro, a exemplo de Delfim Netto, e que a pasta da Agricultura continuará sem força, "enquanto não tiver orçamento próprio". Ávila observa que, por influência de Dornelles, é provável que, ao contrário do que pregava Tancredo, os juros para custeio da agricultura sejam elevados, a curto prazo.

VAI CUMPRIR

Em Dom Pedrito, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Flávio Barreto, não chega a estar tão apreensivo. "O presidente José Sarney — afirma ele — deverá cumprir com as metas de Tancredo Neves". Barreto estava

em dúvida apenas sobre a permanência ou não de Pedro Simon no Ministério, que — segundo ele — já deu mostras de que, "no início de suas atividades, conseguiu algumas conquistas".

O presidente do Sindicato enumera em três itens o que considera prioritário para a agricultura: apoio ao pequeno produtor; uma nova política para a Previdência Social; e a realização da reforma agrária. Mesmo sem Tancredo, Flávio Barreto acredita que a reforma agrária acontecerá, "inicialmente nas outras regiões de latifúndio, e depois nos Estados do Sul". Agora, lembra ele, "o governo pelo menos fala nesse assunto, que nunca havia sido tratado antes por governo federal".

VIGILÂNCIA

O coordenador da regional da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul), em Ijuí, Carlos Karlinski, também não se inclui entre os mais pessimistas. Segundo ele, o que importa é que as mudanças esperadas não dependem apenas da boa vontade do governo. "Nós, como trabalhadores, temos que fortalecer nossas organizações. Os produtores e a sociedade em geral têm que ficar atentos e vigilantes, para que se evitem retrocessos e o não cumprimento do programa anunciado", afirma Karlinski.

Para ele, a própria expectativa em torno das mudanças prometidas fortalece a organização. "O presidente Sarney — lembra o dirigente sindical — já afirmou



que as metas de Tancredo Neves serão cumpridas, mas era previsto que ele dissesse isto. Só que entre o discurso e a prática podem existir diferenças". De qualquer forma, Karlinski acredita na execução das prioridades para a agricultura, que depende de uma nova política, para que seja de fato a base da economia.

O coordenador da regional da Fetag também relaciona em três aspectos o que considera prioritário: o fortalecimento do mercado interno, com a produção de alimentos para a população brasileira; a realização da reforma agrária; e uma nova política para a Previdência Social. Ele observa que é preciso, ao mesmo tempo, garantir um maior poder de compra para a

população urbana, ou as decisões que forem tomadas para a agricultura não terão os efeitos esperados.

IMPOSTOS

O presidente do Sindicato Rural Patronal de Ijuí, Reinholdo Luiz Kommers, acredita que "o programa do governo está traçado", e não deverá sofrer prejuízos com a ausência de Tancredo Neves. "Entendo — diz ele — que acontecerão mudanças para melhor". Kommers confia, especialmente, na participação de Ruben Ilgenfritz da Silva nas medidas que serão tomadas: "Ele conhece o setor, sabe dos problemas que enfrentamos e pode apontar soluções".

O crédito, segundo ele, deve ser tratado de imediato, para que a agricultura tenha juros mais acessíveis. Kommers lembra ainda que os alimentos enfrentam uma alta carga tributária no Brasil, o que representa um obstáculo para que o produtor tenha a remuneração que merece e a população conte com produtos menos caros. "No caso da carne, a carga tributária (de impostos) chega a 40 por cento", afirma Reinholdo Kommers, ressaltando que o produtor depende de estímulos, mas é preciso, ao mesmo tempo, "baixar o custo de vida".

Sobre a reforma agrária, o dirigente sindical faz a seguinte observação: "Alguns coisas deverão acontecer nessa área. O governo já determinou o cadastramento dos imóveis da União, e a reforma deverá começar por aí. Depois, ela talvez atinja as terras devolutas. Não acredito que a reforma agrária venha a atingir as terras produtivas, porque seria um desastre".

SIMON

Todas essas opiniões das lideranças do setor expressam, como se vê, muito mais esperança do que pessimismo, com relação ao comportamento do governo, a partir de agora. A verdade é que tudo dependerá, não só para a agricultura, mas para a definição de toda a política econômica e social, de acertos políticos que passam a acontecer. E para que lado andarão estes acertos? Há divergências internas, no governo, e isso é provocado pelas tentativas das alas ligadas ao PMDB e ao Partido da Frente Liberal de ocupar o maior espaço possível.

Três dias depois do falecimento de Tancredo Neves, no entanto, o próprio ministro Pedro Simon deu um sinal de que há, pelo menos, confiança no cumprimento dos programas do presidente que não chegou a assumir. O otimismo do ministro chegou a surpreender, pois Simon afirmou que, com Sarney, "as reformas sociais acontecerão muito mais depressa do que com Tancredo Neves". Ele explicou que Tancredo era moderado e muito conciliador, e talvez colocasse em prática as mudanças pretendidas de forma bastante lenta.

Andando pra frente e pra trás

Tancredo Neves tornou públicas suas metas para a agricultura, e sobre algumas delas falou com muita clareza. Essas metas se referem a questões imediatas e planos de médio e longo prazo. Com seu falecimento, e em função do comportamento que o novo governo vem adotando, é este o balanço que se faz — meio pelo alto — dos planos em debate ou em execução:

● **Recursos para a agricultura.** Tancredo Neves prometeu que não haveria falta de recursos para custeio e comercialização das safras. O primeiro teste, relacionado com a comercialização, parece ter sido vencido. O presidente José Sarney garantiu a liberação de verbas de mais de 10 trilhões, solicitadas por Pedro Simon, para a atual safra de verão. O próximo desafio será o custeio da lavoura de inverno, e por enquanto não há previsões seguras sobre a disponibilidade de crédito.

● **Crédito subsidiado.** Esta foi uma das promessas que Tancredo Neves mais repetiu, ressaltando que não há no mundo uma agricultura forte sem crédito e taxas inferiores as do mercado. As informações divulgadas desde que o novo governo assumiu indicam em outra direção. O ministro Francisco Dornelles já estaria estudando, com técnicos da área financeira, a elevação das taxas de juro, mesmo sob protesto do Ministério da Agricultura.

● **Mercado interno.** O Brasil precisa produzir mais, para seu próprio consumo (arroz, feijão, milho, mandioca, etc), e o programa de Tancredo Neves enfatiza esta necessidade. Ele também prometeu fazer com que os alimentos chegassem mais baratos à mesa dos brasileiros. Não há ainda programa específico para incentivo à lavoura para mercado interno, mas deve ser posto em prática um plano de

emergência que prevê a distribuição de alimentos baratos à população. Este plano não tem o apoio de Francisco Dornelles, porque poderia, com o subsídio aos alimentos, aumentar a inflação.

● **Reforma agrária.** A reforma estava no programa de Tancredo, e deve ocorrer. Mas como será feita a redistribuição da terra no Brasil? Esta pergunta deverá ser respondida depois de um amplo debate sobre o assunto, que acontecerá em maio, com várias entidades apresentando propostas. O que se sabe é que a reforma será iniciada pelo Nordeste, por interfeirência até mesmo do Banco Mundial, que investirá — através do chamado Projeto Nordeste — vários bilhões de dólares na Região. O Projeto beneficiará pequenos produtores.

● **Previdência Rural.** Esta questão faz parte de qualquer debate em que se discuta hoje a situação dos agricultores brasileiros. Mas nunca foi abordada com clareza por Tancredo Neves. Não havia, até o final de abril, nenhum sinal de que o assunto estaria sendo tratado, na prática, com prioridade pelo novo governo. Na verdade, toda a Previdência Social — e não só a rural — está quebrada, e as reformulações deverão levar em conta o setor como um todo. O que mudará? Ninguém sabe.

● **Cooperativismo.** Não há, dentro do governo, nenhum plano imediato de apoio ao cooperativismo, e se desconhece inclusive o pensamento dos vários ministros sobre o setor. O próprio secretário geral do Ministério da Agricultura, Ruben Ilgenfritz da Silva (veja entrevista nas páginas 10 e 11) diz isso. Tancredo Neves havia prometido apoio ao cooperativismo, sem especificar de que forma isso seria concretizado.

VBC para a colza, lentilha e linhaça

A colza, a linhaça e a lentilha são culturas de inverno que não estão amparadas pela política de VBC - Valor Básico de Custeio - do governo, mas que na região são três alternativas importantes para os produtores, sempre tão cheios de dúvidas sobre o que plantar nesta época do ano. A colza, por exemplo, ocupou na safra anterior 2.840 hectares na região, mas em outros anos, chegou a ser plantada em 5.500 hectares. A linhaça é a cultura que anda com a maior cotação entre os produtores. No inverno de 84 ela ocupou nada mais nada menos do que 7.140 hectares. As estimativas de plantio para esta safra indicam que ela não deverá ocupar mais do que 5.000 hectares. Os preços desestimulantes pagos ao produtor no ano passado e a pouca disponibilidade de sementes são os responsáveis pela diminuição na área de plantio. Mais modesta, a lentilha, depois de alguns anos de esquecimento, começa a despertar o interesse dos produtores em função até da criação de

novas variedades de semente. Nenhuma das três culturas estão asseguradas pela política de preços mínimos.

Por serem três alternativas de inverno viáveis para a região, a Cotrijuí, através do Departamento Agrotécnico, elaborou, como tem feito todos os anos nessa mesma época, um estudo dos custos de produção de cada cultura. "Ao lado dos custos", comenta o Luís Juliani, tecnólogo em administração rural e responsável pelo trabalho, "também elaboramos o custeio necessário para que o produtor, dentro das recomendações técnicas, tenham condições de formar suas lavouras". Esse trabalho, com sugestões para custeio das três culturas de inverno, foi aprovado pelo Banco do Brasil, que já está repassando financiamento aos produtores. A correção do dinheiro pego para o plantio de qualquer uma das culturas será feito em ORTN, capitalizada mensalmente e mais juro de três por cento ao ano.

CUSTEIO PARA LAVOURA DE COLZA - SAFRA 1985

Composição	Especificação	Quantidade Kg/ha	Cr\$ Unidade	TOTAL Cr\$
Sementes	Fiscalizada	6	4.270	25.620
Fertilizantes - Base	6-26-16	200	1.200	240.000
- Cobertura	-	40	1.260	50.400
Defensivos	-	-	-	20.600
Trab. culturais	-	-	-	370.300
Colheita	-	-	-	161.500
TOTAL	-	-	-	868.420

CUSTEIO PARA LAVOURA DE LINHAÇA - SAFRA 1985

Composição	Especificação	Quantidade Kg/ha	Cr\$ Unidade	TOTAL Cr\$
Sementes	Fiscalizada	45	2.430	109.350
Fertilizantes	6-24-12	100	1.100	110.000
Trab. culturais	-	-	-	342.400
Colheita	-	-	-	150.300
TOTAL	-	-	-	712.050

CUSTEIO PARA LAVOURA DE LENTILHA - SAFRA 1985

Composição	Especificação	Quantidade Kg/ha	Cr\$ Unidade	TOTAL Cr\$
Sementes	Fiscalizada	40	6.850	274.000
Fertilizantes	3-25-15	150	950	142.500
Trab. culturais	-	-	-	350.800
Colheita	-	-	-	148.600
TOTAL	-	-	-	915.900



Ervilha: saindo do esquecimento

OS VALORES DE CUSTEIO

Para cobrir todos os custos - despesas com sementes, fertilizantes, defensivos, trabalhos culturais e colheita - de formação de um hectare de colza, o produtor vai necessitar de Cr\$ 868.420. Desde total, segundo informações do Luís Juliani, o Banco do Brasil está financiando 60 por cento para os produtores com receita bruta anual de até 2.000 MVRs - Maior Valor de Referência -. Sendo assim, esses produtores classificados como mini, pequenos e médios, receberão Cr\$ 512.052 para formar um hectare de colza. Os produtores com mais de 2.000 MVRs, e considerados médio ou grandes, receberão apenas 40 por cento do total do financiamento, ou seja Cr\$ 347.368. De acordo com a tabela abaixo, pode-se observar que os trabalhos culturais (combustível, lubrificantes etc) é o item de maior peso no custeio final da lavoura de colza. Apenas para os trabalhos culturais, o produtor que plantar colza, vai necessitar de Cr\$ 370.300.

Para formar um hectare de linhaça, serão necessários Cr\$ 712.050, sendo que Cr\$ 109.350 serão gastos na compra de sementes, Cr\$ 342.400 nos trabalhos culturais e Cr\$ 150.300 durante a colheita. O plantio de um hectare de lentilha tem um custo de formação de Cr\$ 915.900. Depois dos trabalhos culturais, o item de maior peso no caso da lentilha é a semente. Tanto para a lentilha como para a linhaça, os pequenos receberão 60 por cento do financiamento e os grandes 40 por cento.

A primeira parcela do crédito, 65 por cento do total, vem sendo liberada desde março, enquanto que a segunda, de 25 por cento, só sairá a partir do mês de maio. O restante da verba, 10 por cento, será liberado ao produtor somente a partir de julho.

É hora de formar pastagens

Animais bem alimentados, boa produtividade. Essa é uma questão que a maioria dos produtores que lidam na atividade leiteira já estão cansados de saberem. Mas isso não significa que a alimentação tem sido encarada mais a sério. Todos os anos, durante o inverno, o mesmo problema volta a se repetir: a produção de leite desce a níveis baixíssimos. E o argumento de que o frio é o grande responsável pela queda na produção já está enterrado há muito tempo. "A produção, reforça o Alair Dalroz, responsável pelo setor de leite da Cotrijuí na Região Pioneira, está diretamente ligado a alimentação dos animais". Não tem nada a ver com o clima.

Outro aspecto que a Alair levanta e que os produtores precisam ficar alerta é quanto a formação de cotas nos meses de inverno. "É uma situação indefinida e nada nos garante que na entrada do verão a CCGL não volte a aplicar o leite excessivo, como fez há dois anos atrás", alerta o técnico. O maior ou menor prejuízo na atividade vai depender dos próprios produtores em manterem a produção em equilíbrio, mesmo nos piores meses de inverno.

Uma providência a ser tomada pelos produtores que não quiserem recorrer a rações concentradas como alimento nos piores meses do ano, é programar uma boa pastagem, de tal forma que os animais tenham o que pastear por quase todo o inverno. Ele terá uma maior garantia se misturar diferentes tipos de pastagens, plantando, por exemplo, gramíneas com leguminosas. O milheto semeado junto com o azevém, que já deveria estar plantado desde fevereiro, tem apresentado bons resultados. Quando o milheto está chegando ao fim, o azevém já está nascendo. Outra alternativa é a alfafa, tanto como feno, de excelente qualidade, como a silagem. Também as pastagens perenes de verão, plantadas em consórcio com as leguminosas, podem oferecer pastejo nesta época do ano, desde que o produtor tenha feito um manejo adequado durante o verão. Ele pode muito bem aproveitar até fins de maio o capim pânico, a setária, o guanoaro consorciado com o desmódio, o siratro, o capim elefante em consórcio com o feijão miúdo, entre outras.

CORRIJA A ACIDEZ DO SOLO. APLIQUE CALCÁRIO TREVO, É CLARO.

CALCÁRIO TREVO

Calcário Trevo, além de corrigir a acidez do solo, melhora o rendimento do adubo, fornece Cálcio e Magnésio para as plantas e permanece ativo por um período de até cinco anos. Se você ainda tem dúvidas, fale com nossos técnicos e faça o teste na sua lavoura: aplique Calcário Trevo, é claro.

Calcário Trevo - O Branco que dá maior produtividade.

ADUBOS TREVO

ADUBOS TREVO S.A. - GRUPO LUXMA

Av. Padre Cacique, 320 - Fone (0512) 33-1122 - Porto Alegre - RS

Aumentando os conhecimentos

Conhecer melhor a cultura do tremoço, uma das alternativas de inv. no na região, foi o motivo que levou o agrônomo e coordenador da área de forrageiras da Cotrijuí, Região Pioneira, José Luiz Martins Costa Kessler a visitar a região de Temuco, no Chile. Além de José Luiz também viajaram mais três agrônomos, sendo dois da Embrapa de Passo Fundo e um da Cooperativa Batavo do Paraná. A viagem foi custeada pela GTZ, uma agência de cooperação técnica do governo alemão para a América Latina.

Na região sul, onde também está situada a região de Temuco, são cultivadas plantas de inverno e a atividade principal é a pecuária de leite. Segundo José Luiz, nessa região, responsável por 50 por cento da produção de cereais do país, as precipitações são mais intensas e as temperaturas mais baixas, ocorrendo também um período seco bem determinado entre os meses de janeiro a março, época da colheita. Essas condições permitem que os cereais de inverno, além da colza e do tremoço alcancem excelentes rendimentos.

AS VISITAS

Em Temuco os agrônomos foram recebidos por Erick Von Baer, pesquisador, produtor, industrial e especialista na cultura do tremoço, quando acompanharam de perto a colheita de uma lavoura de tremoço branco. "Nessa ocasião, tivemos a oportunidade de receber informações detalhadas sobre a regulação da automotriz, para colher o grão em perfeitas condições", explica José Luiz.

Os agrônomos visitaram o laboratório da empresa Baer, onde realizaram alguns testes para determinar e identificar os alcalóides presentes nas sementes de tremoço. Na área experimental da propriedade do pesquisador Von Baer, o grupo observou práticas de cruzamento, seleção e ensaios de rendimentos para o lançamento de novas variedades. Os procedimentos para recepção, controle de qualidade, classificação e processamento de alguns produtos derivados do tremoço foram acompanhados durante a visita feita à pequena indústria da família Baer.

O Serviço Agrícola e Ganadero, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura do Chile também recebeu a visita do grupo de agrônomos brasileiros. Nesse órgão do governo eles puderam conhecer alguns aspectos legais sobre a produção e comercialização de sementes e ainda mecanismos de controle executado pela fiscalização. Além de uma visita a Universidade de La Frontera, José Luiz conta que estiveram em algumas lavouras comerciais e de produção de sementes, onde conheceram aspectos relacionados com o preparo do solo, controle de moléstias, controle de invasoras, rotação agrícola.

AS CONCLUSÕES

A viagem ao Chile, segundo o José Luiz serviu realmente para ampliar os conhecimentos da cultura do tremoço e ainda tirar algumas conclusões que são

importantes e que devem ser observadas, principalmente pelos produtores da região. Considerando todas as informações que recebeu sobre a cultura do tremoço e o que viu na prática, o José Luiz não aconselha os produtores da região a pensar em cultivar o tremoço sem antes fazer um bom programa de controle de moléstias — principalmente

contra a antracnose — através da rotação de culturas e da produção de sementes saudáveis. Para cultivar o tremoço-doce se faz necessário a renovação das sementes num prazo de no mínimo dois anos, "pois depois deste período o tremoço volta a ficar amargo e seus grãos tóxicos para o consumo humano e animal", explica.

José Luiz diz ainda que o tremoço não deverá ser cultivado sem um adequado tratamento das sementes e muito menos utilizar a cultura da soja em sucessão ao tremoço para se evitar os problemas com moléstias. "Precisamos desenvolver e manter uma série de trabalhos de pesquisa com a intenção de obter a criação de variedades mais resis-

tentes e com menor teor de alcalóides, identificar sistema de rotação, além de conhecer e avaliar os tratamentos de desinfecção de plantas e sementes", diz. Outra observação feita pelo agrônomo fala da necessidade de se desenvolver projetos-pilotos para a avaliação da industrialização e melhor aproveitamento do grão do tremoço no Brasil.

De duas, uma:

A melhor maneira de combater as doenças do trigo é usar BENLATE® e MANZATE®. MANZATE® é o mais econômico e tem amplo espectro para doenças foliares (ferrugens, helmintosporiose e septorioses). BENLATE® é mais eficiente para doenças da espiga. Todo o mundo sabe. BENLATE® e MANZATE®

juntos controlam a giberela e a septoriose da gluma, mesmo nos anos com condições climáticas favoráveis a maior ocorrência destas doenças. Proteja o seu trigo e lucre mais com BENLATE® e MANZATE® da DU PONT.

A melhor maneira de combater as doenças do trigo é usar DELSENE® e MANZATE®. MANZATE® é para as doenças foliares (ferrugens, helmintosporiose e septorioses) e DELSENE® é para as doenças da espiga. DELSENE® é novo. É tão eficiente quanto o BENLATE®. DELSENE® e MANZATE®

juntos controlam a giberela e a septoriose da gluma, mesmo nos anos com condições climáticas favoráveis a maior ocorrência destas doenças. Proteja o seu trigo e lucre mais com DELSENE® e MANZATE® da DU PONT.



A DU PONT oferece mais um fungicida, tão eficiente quanto BENLATE®: DELSENE. Com DELSENE® ou BENLATE®, você ganha sempre.

ou você ganha,

CUIDADO ATENÇÃO PRODUTO TÓXICO

ou você ganha.

DELSENE® BENLATE® MANZATE®



LEIA E SIGA CORRETAMENTE AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO.

Bom Pastor ampliado

O Hospital Bom Pastor de Santo Augusto está contando, desde o dia 12 de abril com mais 24 leitos, transformando-se assim, num dos hospitais mais modernos e bem equipados da região. Um pavilhão, de dois pisos, com 1.470 metros quadrados, foi construído em anexo ao antigo hospital e comporta, além de 24 leitos, moderno centro cirúrgico. "Podemos dizer, ressalta Naldo Weigert, diretor do corpo clínico do Hospital, "que as nossas condições de atendimento melhoraram em 100 por cento". Além de enfrentar problemas de falta de leitos, Weigert diz que o hospital não tinha condições de oferecer o mínimo conforto a seus pacientes. "Mas temos certeza que com as novas instalações e as melhorias introduzidas no setor técnico do hospital, o pessoal da região não precisa mais se dirigir a outros municípios, como Ijuí e Três Passos, em busca de melhor atendimento".

A construção do pavilhão, "uma antiga reivindicação da comunidade local e da região, segundo o Alberto Tomelero, diretor administrativo do Bom Pastor de Santo Augusto, teve um custo aproximado de Cr\$ 500 milhões. "Se tivéssemos de construir esse pavilhão hoje, diz Tomelero, necessitaríamos de no mínimo uns Cr\$ 2 bilhões". A verba aplica-

da na construção do hospital, iniciada por volta de 1977, mas logo em seguida paralisada e retomada em 1983, foi proveniente do convênio com o Funrural. De acordo com Tomelero, foi por decisão dos próprios associados, que a Cotrijuí aplicou parte dessa verba do retorno do Funrural na ampliação do hospital, pois entendiam que a região necessitava de um hospital de maior porte e melhor equipado, para atender inclusive, os casos mais graves. Em torno de 40 por cento do movimento do Bom Pastor de Santo Augusto é de pessoas de fora do município, como Chiapetta, Coronel Bicaco e Redentora.

AS MODIFICAÇÕES

No primeiro piso do novo pavilhão está localizado um moderno centro cirúrgico, composto por uma sala de cirurgia, sala de recuperação e duas salas de parto. Assim, o hospital passa a contar agora com duas salas de cirurgia, já que o antigo centro, instalado na parte velha do hospital, não foi desativado e continua funcionando normalmente. "É como se tivéssemos dois hospitais funcionando num só", diz Tomelero. Próximo ao centro cirúrgico está instalado o centro de esterilização e limpeza de material hospitalar, que antes vinha sendo feito de forma



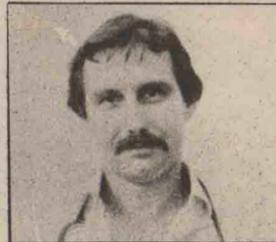
O hospital atende pacientes de toda a região

mais simples. "Este trabalho deverá ser feito, de agora em diante, segundo o Tomelero, por máquinas especializadas. Além das salas de administração, copas e salas de enfermagem, estão instalados neste primeiro piso mais seis apartamentos duplos.

No segundo piso, além da capela, ficaram instalados a suíte e os apartamentos de luxo. A suíte possui 42 metros quadrados e é formada pelo quarto, uma sala e banheiro privativo. Os pacientes aí instalados contam com telefone, frigobar, televisão a cores e ar condicionado. Os pacientes que não quiserem baixar na suíte, mas que preferem um bom conforto e privacidade, pode optar ainda por um dos apartamentos de luxo - dois -, apartamentos especiais ou apartamentos privativos - seis ao todo. Todos os apartamentos contam com serviço de oxigênio centralizado.

MAIS ESPECIALIZAÇÕES

O Bom Pastor de Santo Augusto conta atualmente com uma equipe médica composta por Naldo Weigert, Cirurgia; Breno Mariano Pias e Florisbaldo Polo, Medicina Interna; Paulo Delfino, Gineco-



Naldo Weigert



Alberto Tomelero

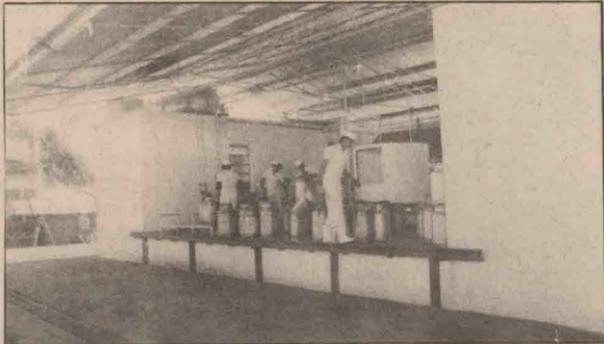
logia e Obstetrícia; Flávio Alcione Lemos da Silva, Anestesia e Pediatria; Ilone Braga da Silva, Pediatria e Solange Rutilli, Fisioterapia. Com as novas instalações e modernização nos equipamentos técnicos, a direção já anda pensando em trazer novos especialistas em outras áreas da medicina. "Num primeiro momento queremos trazer um especialista em doenças de ouvido, nariz e garganta e ainda um radiologista. Suprida estas duas falhas, acredito que teremos condições de dar cobertura integral a quase todos os problemas de saúde", diz o médico Naldo Weigert.

O Hospital Bom Pastor de Santo Augusto, atualmente com um total de 80 leitos, mantém convênio com a Caci (Banco do Brasil), Funcef (Caixa Econômica Federal), Unimed, Inamps, Funrural, Ipê.

TENENTE PORTELA

O leite ganhando força

Tenente Portela tem desde o final do mês de março o terceiro posto de recebimento e resfriamento de leite da Cotrijuí. Construído em pouco mais de meio ano, o posto representou um investimento que anda por volta dos Cr\$ 300 milhões, mas que vem de encontro a antigas reivindicações dos produtores da região. Para o Atos David Marangon, gerente da unidade de Tenente Portela, o posto tem muito mais um significado social do que econômico, pois vem possibilitar que pequenos produtores possam ocupar a mão-de-obra abundante na propriedade, com rentabilidade. Também vê como uma forma dos produtores fugirem um pouco da monocultura.



A capacidade de recebimento é de 20 mil litros diários

OS PROBLEMAS

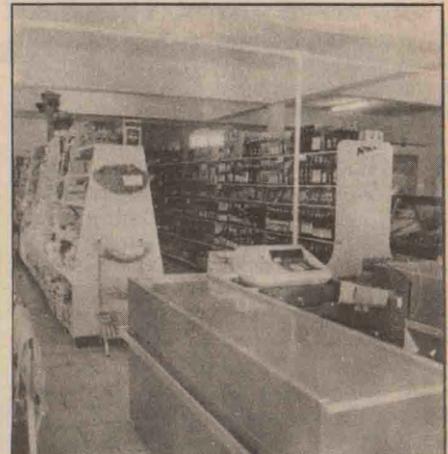
O Flores também reconhece que a atividade só entrará nos eixos depois que alguns problemas, como as péssimas condições das estradas do interior do município, a falta de pastagens para o inverno e a questão da cobertura dos animais comecem a ser levados mais sério. "O produtor terá que se organizar melhor daqui para a frente e programar a alimentação dos animais para o inverno. Também terá que dar mais atenção para a cobertura das vacas, para que possam estar produzindo leite nos piores meses do ano". O ideal segundo o Flores é que a vaca seja colocada em cria pelo mês de junho, para que em março já esteja produzindo.

Tanto em Tenente Portela como em Miraguaí, por falta de uma estrutura de comercialização, o leite vinha sendo comercializado na forma in natura, de porta em porta. Os produtores que moram distantes da cidade e que não viam nenhuma compensação na venda do produto direto na cidade, preferiram transformar o leite em queijos e natas para que a produção não fosse desperdiçada.

Mercado na cidade

A distância da sede da Cotrijuí até o centro de Tenente Portela - cerca de três quilômetros - foi o argumento utilizado pelo quadro social daquela unidade para que a Cooperativa instalasse uma filial do mercado na cidade. "A reivindicação era grande, diz o Atos Marangon, gerente da unidade, principalmente pelo fato da maioria dos nossos associados serem pequenos produtores e dependerem de ônibus para se deslocarem de suas propriedades até a cidade". Por essa razão as compras eram quase sempre feitas nas lojas localizadas no centro da cidade, pois o deslocamento até o mercado da Cotrijuí era dificultado em função de terem de tomar um outro ônibus.

O problema foi resolvido, segundo o gerente da unidade, com a instalação do mercado número dois, em um prédio alugado, de 200 metros quadrados, localizados há duas quadras da estação rodoviária.



O mercado fica perto da rodoviária

ria. 10 funcionários e mais o gerente, Domingos Grolli, estão distribuídos nas diferentes seções para melhor atender o cliente". Trabalhamos como um mercado normal, inclusive com açougue, explica Domingos Grolli. Garante que o movimento tem ficado dentro do previsto, embora admita que a expectativa é de que o mercado deslanche assim que passar a colheita.

Posto de recebimento

Os produtores associados da Cotrijuí e que residem em Miraguaí, não precisam, de agora em diante, se deslocar de suas propriedades até Tenente Portela para entregar sua produção. Um posto de recebimento de cereais, composto por uma balança, um pequeno escritório e uma moega para a descarga e o carregamento automático de caminhões está sendo construído em Miraguaí. Embora as obras ainda não estejam concluídas, o posto já se encontra em pleno funcionamento, recebendo toda a produção do município. Para os produtores de Miraguaí, o posto representa uma redução nos



Um posto para receber a produção local custos. Para a Cotrijuí, maior recebimento da produção.



A crise da modernização

Alta tecnologia eleva produtividade e cria impasse entre países desenvolvidos

Argemiro Luís Brum — de Montpellier — França

O recente Salão da Agricultura em Paris (de 3 a 10 de março/85) possibilitou a observação do desenvolvimento agrícola francês e suas esperanças para o futuro. Deixou a descoberto também a crise da modernização, da superprodução que vivem hoje os países desenvolvidos. Muitos debates e análises através da imprensa foram feitas a este respeito durante a semana do Salão. O problema é extremamente importante e merece uma análise um pouco mais detalhada por dois motivos: a) copiamos o modelo de modernização da agricultura dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos da América-EUA; b) por nossa histórica dependência econômica, tudo o que se passa nestes países desenvolvidos tem reflexos diretos sobre a nossa economia.

CRESCER A MODERNIZAÇÃO

Os países desenvolvidos continuam a buscar melhoramentos no seu processo de modernização agrícola. Para tanto, o trigo híbrido já começa a se tornar uma realidade (veja Cotri-jornal do mês de março/85) mas também as altas rentabilidades são evidentes. Usando como exemplos os EUA (o maior país agrícola do mundo) e a França (o maior país agrícola da Comunidade Econômica Européia-CEE) podemos mostrar alguns dados que comprovam este avanço na tecnologia rural.

Nos EUA o volume produzido na safra 1984/85 alcançou os seguintes resultados:

	Produção (milhões de ton)	Produtividade (Kg/ha)
Trigo . . .	70,63	2.610
Milho . . .	191,19	6.650
Cevada . .	13,00	2.870
Aveia . . .	6,85	2.080
Sorgo . . .	20,65	3.600
Soja	51,77	1.920

Fonte: "La Dépêche Commerciale et Agricole", 31/01/85, p.3. Paris-França.

Por sua vez, na França, o trigo chegou a uma produtividade acima de 6 mil quilos por hectare e o leite está atingindo uma produção média de 7.000 litros/va-

ca/ano, havendo animais que alcançam até 11.000 litros por ano. Entretanto, o avanço na modernização agrícola já está na conquista do espaço. Uma das vedetes do Salão da Agricultura deste ano foi o satélite francês SPOT que será lançado em outubro próximo da Guiana Francesa (vizinha do Brasil). Qual é o objetivo deste satélite? Fazer aquilo que os EUA vêm fazendo desde 1972 com o seu satélite LANDSAT. Observar a Terra para controlar as superfícies agrícolas, o crescimento das áreas plantadas, fazer previsões de colheita, detectar as necessidades de água e descobrir e analisar a evolução de certas doenças sobre as grandes culturas. Isto a nível do mundo inteiro.

Com um esquema deste tipo, os observadores franceses (entre eles o Centro Nacional de Estudos Espaciais, mas também o Ministério da Agricultura e o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas — INRA da França), poderão conhecer com antecedência as previsões de colheita, organizando sua estratégia agro-alimentar e principalmente sua atuação sobre o mercado agrícola internacional. Manobras que os EUA já põem em prática desde 1972 e que podem explicar, quem sabe, as dificuldades de mercado e mesmo de clima que as nossas culturas aí no sul do Brasil vêm sofrendo a partir de 1977/78 com uma constância que não é normal.

A guerra pelo mercado agrícola mundial, entre EUA e CEE, passa agora também ao domínio do espaço no momento em que se agrava dia após dia no solo.

A CRISE SE FAZ PRESENTE

Se de um lado a modernização chega a níveis intocáveis, para o momento, a nós brasileiros, por outro lado ela atinge um estágio de crise aguda nos chamados países desenvolvidos. Tendo como exemplo a CEE e os EUA, vamos mostrar alguns pontos importantes desta crise.

Do lado da CEE a crise começou em torno de 1980 e alcança 1985 com

as seguintes características:

— os mercados para a superprodução de cereais, leite, carnes e vinho por exemplo, estão bloqueados, isto é, saturados e sem dinheiro para comprar grandes quantidades;

— a CEE se encontra com poucos recursos financeiros para sustentar um orçamento que paga a metade do custo de produção ao produtor, para deixá-lo competitivo no mercado internacional;

— o crescimento da CEE, com a entrada da Espanha e Portugal (previsto para 01/01/1986), deverá aumentar a concorrência interna na CEE do lado agrícola, e aumentar os gastos com o orçamento já com problemas;

— a concorrência com os EUA, pelo mercado mundial, se faz mais difícil do que nunca;

— com os mercados fechados, os estoques aumentaram, fazendo crescer os custos para mantê-los, o que atinge também o orçamento da CEE;

— diante deste problema de excedentes sem saídas a CEE decidiu impedir os produtores de leite de produzirem, impondo as quotas deste 01/04/84, forçando uma baixa na produção, mas também um aumento no êxodo rural pela quebra dos pequenos produtores;

— as produções de vinho, cereais e açúcar começam a ser atingidas por medidas com o mesmo objetivo (os baixos preços para a safra 1985 instituídos pela CEE é um dos mecanismos).

— por sua vez, a limitação do orçamento europeu (formado também pelos impostos pagos pelos agricultores) força a CEE a baixar o volume de alimentos que são beneficiários de uma garantia de preço (para 1986 está circulando a informação, extra-oficial, de que as sementes de soja não terão mais subvenção, fato que pode provocar uma freada no entusiasmo de produzir soja na Europa para substituir as importações);

— esta limitação de orçamento deverá reduzir o nível dos preços de garan-

tia para o conjunto dos produtos rurais, o que colocará os produtores em sérias dificuldades devido aos altos custos de produção que também se fazem sentir por aqui. Mais uma vez a tendência é dos pequenos serem mais atingidos, aumentando o êxodo rural, e reforçando o processo modernizador que visa deixar somente os "eficazes" na agricultura.

CONCORRÊNCIA

Dentro deste contexto a CEE está decidindo se confirma a entrada de Portugal e Espanha já a partir de janeiro próximo e enfrenta a crise que este fato provocará principalmente sobre os produtores franceses, que sofrerão a concorrência do vinho, frutas, legumes e outros produtos dos dois países Ibéricos, ou então retardará esta entrada e enfrenta a posição da Alemanha Federal (que aposta na entrada da Espanha e Portugal para aumentar o mercado de seus produtos industriais) que se recusa, como represália, a aumentar o montante de recursos à CEE em 1986.

Por outro lado, a CEE enfrenta a concorrência dos EUA (que também está com sua crise) em quatro frentes:

— a nível do GATT (Acordo Geral sobre os Preços e Tarifas Aduaneiras) onde os EUA acusam a Europa por suas subvenções a seus produtores;

— a nível dos mercados de exportação;

— a nível da própria Europa, em função da oferta norte-americana de produtos de substituição de cereais;

— a nível do fechamento das fronteiras norte-americanas aos produtos europeus, em especial os vinhos e licores.

Uma frase dita pelo Conselheiro Especial do Presidente Reagan para o comércio exterior, Sr. William Brock, mostra bem a que nível está a guerra mercadológica entre as duas grandes regiões: "A Europa que era a maior importadora de produtos agrícolas vem a ser hoje a maior exportadora. Agora isto terá que terminar."

Êxodo rural cresce na França

A França, como o principal membro agrícola da CEE, vem sendo atingida em cheio por este problema. Numerosos agricultores, já com idade avançada, irão se aposentar, em outras palavras, desaparecer da atividade. Um produtor sobre oitenta abandona seu estábulo, do lado da produção de leite.

É necessário à agricultura francesa sangue novo, porém, nada estimula os jovens. Afinal, para aqueles que desejam se instalar, os preços em baixa e um volume de produção autoritariamente bloqueado pelas quotas, não constituem condições entusiasmantes.

Mesmo a Federação Nacional de Cooperativas Leiteiras (FNCL) afirma que o desejável para uma propriedade rural que vive do leite é produzir 100.000 litros/ano nos próximos 5 anos e após produzir 150.000 litros.

Recordando que a média deverá passar dos atuais 60.000 litros a 70.000 litros em 1986, podemos vislumbrar que muita gente cairá fora da produção, pois existe uma contradição entre aumentar o número de produção média por produtor e baixar a média produzida no total. Segundo a FNCL, devido as quotas, os produtores de leite na França deverão passar de 414.000 em 1983 para 250.000 em 1990. Isto representará, levando em conta os 46 mil que saíram em 1984, mais de 23 mil novas cessações de atividades por ano nos próximos cinco anos. Isto

é, o dobro do número normal.

Aonde irá toda esta gente? Alguns serão aposentados, porém, uma grande maioria ou muda de atividade (não sendo fácil pois todos os mercados estão praticamente sem saídas) ou vão para as cidades em busca de emprego. O fato novo é que depois de 1980 não há empregos. Em março de 1985 o desemprego na França já atinge 2,5 milhões de pessoas (4,5 por cento de toda a população e algo em torno de 10 por cento da força de trabalho).

Em Paris os franceses buscam as saídas, porém, elas não parecem muito numerosas. Assim, "a agricultura francesa não sabe qual será seu futuro e a incerteza se mistura hoje com a falta de esperança".

Uma dura realidade que atinge um setor da economia francesa que, em 1984, junto com as indústrias alimentares, foi o motor do crescimento, participando com 0,8 por cento dos 2 por cento de crescimento do Produto Nacional Bruto francês. São os últimos suspiros? É a pergunta que os especialistas fazem por aqui. A resposta possivelmente virá nestes próximos dois anos.

REFLEXOS NOS ESTADOS UNIDOS

Ao contrário do que podemos pensar, também na maior potência agrícola mundial a crise parece ter chegado. A disputa entre o Congresso norte-americano e o presidente Reagan pela aprovação ou não do Projeto de Lei Agrícola chamado "Farm Bill 1985" permite verificar que as

coisas não vão bem pelo lado agrícola nos EUA.

A administração Reagan, que suportou em 1983 um volume de despesas federais, em favor da agricultura, jamais visto nos EUA, da ordem de 20 bilhões de dólares (1/5 de nossa dívida externa) decidiu mudar as regras do jogo para o futuro.

Neste sentido, Reagan depositou a lei "Farm Bill" no Congresso em 22 de fevereiro passado, visando uma forte redução nos montantes de sustentação agrícola federais. Esta lei tem o pleno apoio do diretor do orçamento federal dos EUA, Sr. David Stockman, que chegou a dizer: "Eu não vejo porque o contribuinte deste país deve ter a responsabilidade de refinarçar as dívidas feitas voluntariamente por adultos e irresponsáveis."

Os "adultos irresponsáveis" seriam os produtores rurais que são acusados de não terem pensado no futuro, quando da euforia dos anos 70. O Congresso rejeitou a lei, mas Reagan vetou a decisão do Congresso a fim de confirmar a execução da lei.

Com isto, segundo um relatório do próprio departamento norte-americano de agricultura, 93.000 propriedades rurais, isto é, 13,7 por cento do total das propriedades médias, endividadas com um total de 47 bilhões de dólares, estão ou insolúveis ou nas portas da falência. Em outras palavras, são sempre as 679.000 propriedades médias do tipo

familiar, que representam a base da agricultura dos EUA, as mais atingidas pela crise.

Uma crise que se agrava também pela estagnação e queda dos preços agrícolas:

	1983/84 +	1984/85 +
Trigo130	123-129
Milho126	102-108
Cevada115	106-110
Aveia116	114-124
Sorgo108	93-96
Soja285	211-244

(+) Preço médio em dólares por tonelada

CONCLUSÃO

O modelo de modernização agrícola, que começou nos anos 30 nos EUA e nos anos 50/60 na Europa e no Brasil, está em crise em todos os países. As saídas, ligadas aos problemas econômicos em geral, parecem ser a intensificação do processo modernizador, com a expulsão agora dos médios produtores rurais através do caminho do êxodo rural, deixando os chamados "eficazes" na atividade.

O problema é que do outro lado existe o desemprego e a falta de recursos para sustentá-lo, bem como a falta de saídas mercadológicas para criá-los. Dentro deste processo contraditório que envolve as grandes potências inclusive, qual será a posição do Brasil com seu novo governo que acaba de assumir o comando do país?

ONDE A SUA SAFRA É SEMPRE BEM TRATADA



Durante todo o ano a Cotrijuí presta total apoio ao produtor rural. Por isso, na hora de comercializar a sua produção, não abra mão de quem oferece maior segurança. Lembre-se: safra entregue aos cuidados da Cotrijuí é safra que reverterá em maiores benefícios para você.



COTRIJUI

Nada substitui a força da união

Os planos da nova Ocergs

Respeitar as aspirações vindas da base, estimular a participação política dos produtores e dar prioridade aos programas que visam a autonomia política, administrativa e financeira das cooperativas. Esta a postura que a Ocergs — Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, se propõe a assumir, a partir de agora, sob a presidência de Adelar da Cunha. Ele foi eleito pela chapa da situação, dia 29 de março, com 148 votos, contra 85 da chapa oposicionista, liderada por Luís Felipe Ferreira da Costa, da Cooperativa Agropecuária de Alegrete.

Cunha era o superintendente da Ocergs, na diretoria anterior, presidida por Cyro Dias da Costa, e teve como companheiros de chapa o ijuense Bruno Wayhs, da Unimed, para vice, e Frederico Bavaresco, da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado, para secretário. Em entrevista concedida ao Cotrijornal, logo depois de eleito, ele falou de seus planos, da disputa provocada pelas eleições e das críticas que setores do cooperativismo vinham dirigindo à omissão da Ocergs diante dos grandes temas de interesse do setor.

O sr. já anunciou que dará prioridade ao projeto de autonomia política, administrativa e financeira das cooperativas. Como isso poderá ser viável na prática?

Todos nós sabemos o quanto dependemos dos favores e benesses do governo. Seja na área política, na administrativa e na financeira, o cooperativismo, para qualquer iniciativa, sempre dependeu do governo. E nem sempre o que era bom para o governo era bom para o cooperativismo. A melhor forma de realizarmos a autonomia política, administrativa e financeira do sistema, temos certeza, é respeitado e levando a bom termo o método cooperativo, que nos dá as coordenadas e o caminho do sucesso.

O método cooperativo não é outro senão o de respeitar a vontade soberana das bases, e o de realizar sempre aquilo que é de seu estrito interesse e necessidade. O fortalecimento das cooperativas singulares e o de suas respectivas federações e centrais dará ao sistema a autonomia almejada. Tudo isto se resume em duas palavras: participação consciente.

A Ocergs também pretende, como o sr. anunciou antes mesmo de ser eleito, cobrar dos políticos uma ação efetiva em favor do sistema. Por que isso não foi incentivado antes?

O mais importante não é cobrar, mas sim saber escolher. Julgamos que já chegamos a hora de superarmos os interesses individualistas e mesquinhos para olharmos com maior atenção para a vontade e os interesses das maiorias, sem desprezarmos, é claro, a vontade das minorias. A política, que é a arte de bem administrar os bens coletivos, merece, de nossa parte, melhor atenção. Pensamos que é de todo importante sabermos escolher e eleger pessoas idôneas e probas, para ocuparem os cargos eletivos, independente de siglas partidárias. E que sejam autênticos representantes de nossos interesses e das aspirações cooperativistas.

O sr. concorda com afirmações feitas por dirigentes cooperativistas mais combativos, segundo os quais as próprias lideranças do sistema vinham desestimulando a participação política dos associados de cooperativas, por serem — estas lideranças — atreladas ao partido do governo?

Não nos parece que é, e não foi bem assim. Penso que a proibição e desestímulo à participação política se deveu muito mais a um erro de interpretação do princípio cooperativista de neutralidade política, do que de qualquer outra influência. A neutralidade política, a que



Cunha: jogo político deve ser franco

se refere o princípio cooperativista, diz respeito à utilização da instituição cooperativa em favor de interesses particulares, desta ou daquela pessoa. Este tipo de política nós condenamos, porque a julgamos pernicioso ao movimento. Mas ter consciência, saber escolher e eleger homens capazes e interessados na solução daqueles assuntos e negócios que nos interessam são atos políticos que beneficiarão a classe como um todo.

De outro lado, nós nunca nos preocupamos em querer saber quem era quem e de que partido. O importante é termos horizontes tão amplos e abrangentes quanto nos permite a própria democracia. Se formos democratas convictos, e praticamente sinceros daquilo que pregamos e defendemos, por que não permitirmos posições contrárias as nossas? Entendemos que o jogo político deve ser franco e aberto, para permitir a negociação mais profícua possível. Somos frontalmente contra a política subserviente, interesseira e enganosa. O cooperativismo é um movimento muito simples. Ele não é de esquerda, e tampouco de centro. O cooperativismo deve ser a expressão da vontade, dos interesses e necessidades daqueles que dele precisam. Estas são a política e a ideologia cooperativistas.

Esta cobrança, quanto à omissão de lideranças diante das questões políticas, foi dirigida inclusive a própria Ocergs, durante os dois seminários de cooperativismo, realizados no ano passado em Santa Maria. O sr. que era superintendente da Ocergs na diretoria anterior, concorda com estas críticas?

Vamos deixar as coisas bem claras. A Ocergs esteve e sempre estará aberta a todas as críticas que objetivem melhoria. Quando a crítica é feita como elemento de regulação, que tem a virtude de desgastar os erros internos e de reajustagens e compensações próprias da atividade prudencial, é sadia e precisa ser promovida. As pessoas que participaram do V Seminário da Fecotrigo e do VII Seminário Gaúcho de Cooperativismo, e nós participamos de ambos, são testemunhas da participação intensa, livre e democrática que todos tiveram. Não presenciamos críticas desairosas ou desabonatórias a qualquer uma das instituições promotoras dos eventos (Ocergs e Fecotrigo). Houve, isto sim, muita discussão, debate e defesas ardorosas de posições e idéias que muito enriquecem o conteúdo dos seminários.

O sr. admite que a Ocergs vinha sendo omissa, como entidade máxima do cooperativismo gaúcho, diante das grandes questões que preocupavam o setor, como os ataques de áreas do comércio, da indústria e de grupos multinacionais?

A Ocergs realmente merece esta crítica. Ela teve um período, bastante longo, em que não se preocupava com suas filiações e tampouco exercia seu papel fundamental de congregar e representar o sistema como um todo. De 1983 em diante,

principalmente depois do VI Seminário de Cooperativismo, realizado em abril de 1982 em Canela, ela começou a mostrar vida nova. É verdade que lentamente, mas iniciou. Daquela data em diante novos rumos se delinearão, e a Ocergs, pacientemente, começou a engrenar e a se preocupar mais com seus objetivos.

Para melhor entendermos o que dissemos antes, é importante salientar que, se a Ocergs não desempenhava a contento suas obrigações, esta omissão também é devida à não participação das cooperativas no destino de sua entidade mater. Entendemos que qualquer instituição, seja pública ou particular, para exercer seu papel com eficiência, precisa do interesse e da participação de seus aficcionados. De pouco ou nada adianta criarmos instituições, se estas não forem acionadas e dinamizadas pelo grupo ou pessoas que a criaram. A Ocergs também deve ser e fazer a vontade de suas filiadas. Portanto, as cooperativas é que precisam definir os objetivos e metas de sua organização. Acreditamos que, se as cooperativas se agilizarem em participar mais, o desempenho da Ocergs vai ser muito melhor daqui para frente.

A imprensa noticiou, antes das eleições na Ocergs, que a chapa da situação acusava a chapa oposicionista de ser um apêndice da Fecotrigo. E que caso a oposição vencesse, a Ocergs se tornaria uma filial da Federação das Cooperativas de Trigo e Soja. O sr. endossou ou concorda com este ponto de vista?

Hoje, é bastante difícil de se acreditar na sinceridade das pessoas. Sempre que alguém emite qualquer idéia ou juízo, o primeiro impulso das pessoas é o de duvidar da veracidade do que está manifestando. Isto é consequência não só da crise econômica e financeira que atravessamos mas também da crise moral em que está submerso o país. Nós precisamos de maior confiabilidade entre as pessoas, e de acreditarmos mais uns nos outros, de forma a constituirmos e consolidarmos uma frente de coragem e de ajuda mútua, para alcançarmos os objetivos a que nos propomos, como cooperativistas que somos.

Por diversas vezes somos surpreendidos por notícias que nos deixaram perplexos e sem saber de onde vinham e por quem teriam sido ditas. Muita coisa foi atribuída à Fecotrigo, mas sinceramente, pela idoneidade e probidade de que se revestem os componentes da chapa 2, assim como as lideranças que a apoiaram, nos negamos a acreditar na versão a que a pergunta se refere.

O ex-presidente da Ocergs, Cyro Dias da Costa, lembrou várias vezes que a entidade enfrenta deficiência de recursos, e que estes são aplicados, em sua maioria, para pagamento de pessoal. Este problema pode ser contornado? Qual o orçamento da Ocergs para este ano?

O orçamento da Ocergs para 85 é de um bilhão, setecentos e dois milhões de cruzeiros. A receita líquida da contribuição cooperativista é de um bilhão, trezentos e vinte milhões. As outras receitas totalizam trezentos e oitenta milhões. A aplicação destes recursos tem a seguinte proposta: novecentos e sessenta e nove milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e dez cruzeiros para despesas administrativas. Seiscentos e noventa e oito milhões e oitocentos mil cruzeiros, para despesas técnicas. E 40 milhões para assistência técnica, educacional e social aos funcionários.

A receita é insuficiente, para atender a demanda dos serviços técnicos que hoje são exigidos pelas cooperativas. De outro lado, a nossa Organização precisa primar em qualidade, ou seja, precisamos

dos melhores técnicos para assessorar as cooperativas, e isto demanda recursos. Temos um projeto de convênio com a Senacoop, para executar as funções desta secretaria, e conseqüentemente alcançarmos mais recursos financeiros. Via OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), conseguimos convênio com a Fundação Friedrich Naumann, que está custeando as despesas do auditor contratado, que coordenará, a nível de Estado, os projetos de auto-controle.

Outra queixa antiga dos gaúchos se refere ao fato do Estado não estar representado na OCB, que tem eleições em julho. Como o Rio Grande do Sul poderá ter uma maior participação na entidade, já a partir das próximas eleições? Há mobilização neste sentido?

Infelizmente, a OCB, no nosso entender, não vem realizando o papel que lhe cabe no cenário nacional. Desde algum tempo, o Rio Grande do Sul vem pleiteando maior participação na referida entidade, sem, no entanto, conseguir algo mais objetivo. A Organização das Cooperativas Brasileiras precisava ter um plano de trabalho melhor definido e uma forma de atuação mais concreta.

É necessário, para tanto, que as organizações estaduais definam seu posicionamento, em relação à OCB, concorrendo com sugestões e propostas mais objetivas, e exijam as mudanças que se fazem necessárias, para uma melhor prestação de serviços. Nossa atitude será de consultar todas as cooperativas, federações, centrais e o conselho deliberativo da Ocergs, no sentido de levar sugestões e propostas que viabilizem nova estrutura da OCB e, com nossa participação, agilizá-la para o cumprimento de suas funções em favor do cooperativismo brasileiro.

O que o sr. espera do novo governo federal? A Ocergs tem cobranças a fazer, de imediato?

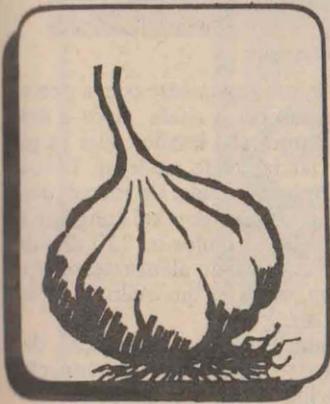
A principal cobrança a ser feita junto ao governo federal é a de exigir a democratização do cooperativismo. Somos um movimento de natureza civil, e como tal devemos ser tratados. O cooperativismo deve partir para a auto-gestão, tornar-se autônomo nas áreas política, administrativa e financeira, organizando-se e estruturando-se como melhor convém às suas reais necessidades e aspirações de seu quadro associativo. Estes objetivos exigem ampla e profunda participação de todos os segmentos do cooperativismo. Quando os segmentos tiverem bem definidos os seus interesses e objetivos, calçados em cima da trinomia socialmente desejável, economicamente viável e tecnicamente exequível, será mais fácil operacionalizá-los e usufruir seus resultados.

O sr. esperava uma vitória tão tranquila, com grande diferença para a chapa da situação? A disputa pela direção da Ocergs não criou divisões, que podem vir a ser nocivas para o cooperativismo?

Quando o pleito é democrático não é fácil fazer previsões. O voto secreto sempre reserva surpresas. Nunca tivemos a campanha como ganha com tanta diferença. Para nós, foi uma grata surpresa. Podemos afirmar que sentimos a responsabilidade do sufrágio e que, agora, teremos que trabalhar em dobro, para merecer a confiança que nos foi depositada. Não acreditamos que as eleições diretas e todo o seu dinamismo, na apresentação de idéias e plataforma de trabalho, venham acarretar qualquer tipo de divisão dentro do sistema. Pensamos exatamente ao contrário. Pensamos que a democracia e o debate amplo e aberto somam para o fortalecimento e ajustamento das partes, em benefício de todos os envolvidos no sistema.

LAVOURA DO MÊS

Ainda é tempo de semear trevo ou ervilhaca no pomar para cobrir e proteger o solo, fornecer nitrogênio às árvores e funcionar como fonte de pasto verde no inverno. A semente de alho deve ser separada por tamanho antes da semeadura.



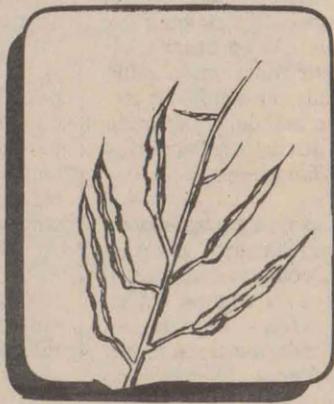
ALHO

A procura por sementes de alho tem sido grande, o que mostra a esperança de estarmos iniciando este ano de cultivo com boas perspectivas de produção e de mercado.

O alho precoce já está plantado e a emergência das plantas tem sido boa. O alho tardio — grupo do Portela e Roxo — está na fase de preparação da semente para semeadura até fim de maio. Após esta debulha é importante selecionar os bulbilhos (dentes) para que sejam separados por tamanho e que depois cada canteiro tenha apenas alho do mesmo tamanho. Esta prática uniformiza o porte das plantas e o ponto de maturação, facilitando a colheita e melhorando a produtividade.

Ainda vale lembrar que antes de debulhar o alho, é recomendado separar todos

os bulbos (cabeças) que estiverem com algum chochamento ou a capa exterior amarelada, para que sejam semeados em canteiro separado e que de preferência seja analisado, para saber o que houve e qual a melhor providência a tomar para assegurar um bom padrão de lavoura.



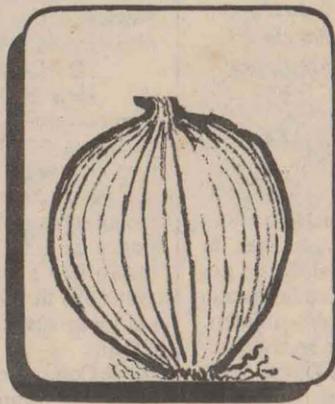
LENTILHA

O período para semeadura de lentilha vai de maio a início de junho. A lentilha se desenvolve melhor em terra de pedregulho e não muito úmida. A inoculação de semente é uma prática importante e que favorece o desenvolvimento das plantas e deve ser feita com inoculante específico, não servindo, portanto, aquele que é usado na soja.

A lentilha é uma cultura de risco, ou seja, há anos favoráveis, com boa produtividade e anos desfavoráveis, com pouca ou nenhuma produção.

Em função desta reali-

dade, recomenda-se o cultivo em pequenas áreas, diminuindo o risco da atividade, mas sempre com a hipótese de obter um bom resultado.



CEBOLA

Estamos em plena época favorável à semeadura de cebola, seja para consumo na propriedade ou para comercialização. Em algumas áreas semeadas no cedo observou-se o surgimento de pequenas manchas brancas nas folhas e que em alguns casos pode prejudicar seriamente as mudinhas. A causa fundamental deste problema foi a ocorrência de alguns dias chuvosos e sem sol, o que favorece o desenvolvimento de fungos nas folhas. A volta da luminosidade normalmente não recupera as folhas afetadas, mas dá boas condições para que as folhas novas se desenvolvam sadias, sem prejuízos maiores à produção.

Em algumas situações ocorre a morte de mudas de

tamanho pequeno. Esta situação é causada por fungos de solo e para os quais não há controle após a semeadura. O que é possível fazer é prevenir o problema pela desinfecção do terreno com água quente antes da semeadura, de maneira semelhante ao que é feito para outras hortaliças e já explicado nesta coluna em outras edições.

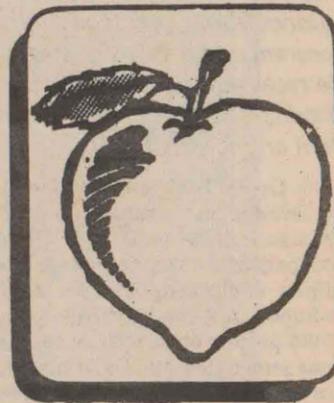


HORTALIÇAS DIVERSAS

A horta durante o mês de maio normalmente é a mais bonita em relação aos demais meses do ano. As semeaduras de maio/abril já estão transformadas em plantas com bom desenvolvimento e as folhosas já em ponto de consumo. A ocorrência de doenças e pragas também diminui a partir deste período e o clima ameno com noites mais frias é muito favorável ao desenvolvimento de hortaliças.

Nas pequenas hortas é

hora de plantar ervilhas, já providenciando as taquaras para que possam se desenvolver sem cair ao solo.



FRUTÍFERAS

Lembramos novamente a recomendação do mês anterior de que esta é a época de semear trevo ou ervilhaca no pomar para cobrir o solo, fornecer nitrogênio à planta e funcionar como uma fonte de pasto para vacas ou suínos. A cooperativa dispõe de sementes e fornece total assistência técnica para implantações dessas áreas.

As laranjeiras estão sendo atacadas por percevejos, (fede-fede) os quais, em função da colheita da soja, buscam refúgio em outras plantas, prejudicando a sua produção.

O controle do percevejo nesta circunstância é muito difícil, não se recomendando o uso de agrotóxicos para não contaminar a produção.

QUADRO DE ÉPOCAS DE SEMEADURA/VARIETADES/ÁREA

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Repolho			12 m2 Coração de Bói e Matzukase				12 m2 Matzukase Chumbinho				12 m2 Matzukase Chumbinho	
Couve			12 m2 Manteiga				12 m2 Manteiga					
Rabanete	4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho	
Rúcula	6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada		
Cenoura			18 m2 Nantes						18 m2 Kuroda			
Alface	12 m2 Kagraner e Maravilha verão		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Kagraner e Maravilha verão		12 m2 Kagraner e Maravilha verão	
Beterraba			18 m2 Tall Top						18 m2 Tall Top			
Tomate	50 plantas Yokota							50 plantas Kada, P. Gig.				
Pepino	50 plantas Wisconsin							50 plantas Wisconsin			50 plantas Ginca	
Cebola			2.000 plantas Baia Periforme	2.000 plantas Baia Periforme								

COLHEITA DO MÊS: (para quem segue as sugestões do plantio do quadro acima): Rúcula, Cenoura, Repolho, Couve e Alface



**COTRIEXPORT —
CORRETORA DE
SEGUROS LTDA.**

**INVESTIMENTO EM
SEGURO, SEJA
INCÊNDIO, VEÍCULOS,
ROUBO, VIDA,
ACIDENTES PESSOAIS
E OUTROS,
REPRESENTA
TRANQUILIDADE
CONTRA AS
INCERTEZAS DO
DIA-A-DIA.**

**Em Ijuí: Rua das Chácaras
1513 — fone: 332-1914
ou 332-3765 ramal 364
Em Porto Alegre: Av. Júlio
de Castilhos, 342 —
5º andar - fone 21-08-09**

Resgatando raças rústicas

A suinocultura ocupava, até por volta de 1950, um lugar importante na produção agropecuária regional, mas depois da modernização e mecanização da agricultura, ela praticamente desapareceu das propriedades agrícolas. Sistemas integrados de produção, levado adiante por empresas que tinham interesses industriais, tanto no aspecto do fornecimento dos insumos básicos como no beneficiamento da produção, transformaram a suinocultura tradicional numa atividade sofisticada. Todas essas inovações geraram custos mais elevados. O produtor passou a depender de capital, de raças especializadas e até de medicamentos, sem contar que teve de produzir mais para ganhar a mesma coisa que ganhava quando trabalhava com animais rústicos.

Desde 1983 a Cotrijuí vem tentando reverter essa situação de dependência da suinocultura através de formas mais econômicas e mais naturais de criação de suínos. O primeiro passo foi dado a partir da implantação, no Centro de Treinamento de um projeto de criação de suínos em sistema semi-extensivo. Os suínos são mantidos em piquetes e alimentados com pastagens, principalmente nas fases de manutenção dos reprodutores, gestação e recria dos animais destinados ao comércio ou a reprodução. "Destá forma, explica o João Klohn, agrônomo e coordenador do trabalho, além de resgatar raças em extinção, estamos proporcionando ao produtor uma maior economia, principalmente na alimentação". O projeto iniciou com 12 animais, sendo 10 porcas criadeiras e dois reprodutores das raças Wessex e Duroc.

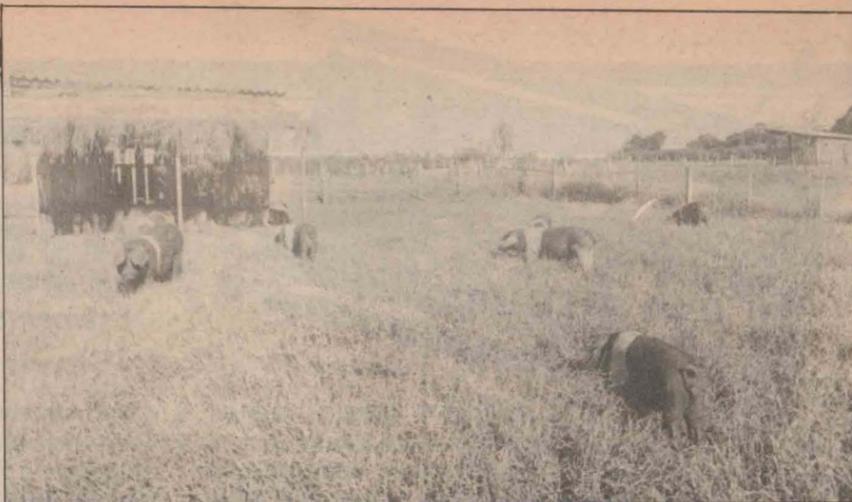
Com esse projeto, segundo o João Klohn, se quer demonstrar a viabilidade técnica e econômica em substituir grande parcela da alimentação dos animais — com custos que variam entre 70 a 80 por cento — por pastagens, principalmente nas fases de gestação e crescimento. Também está sendo possível determinar as pastagens que melhor se adaptam ao sistema de produção e ao manejo dos animais; as raças mais adequadas ao sistema; os custos de alimentação e de produção dos animais terminados no sistema semi-

extensivo e de produção de reprodutores puros ou cruzados, para serem repassados aos associados.

AS RAÇAS ESCOLHIDAS

Todo o projeto ocupa uma área de seis hectares, onde estão instaladas as pocilgas, abrigos, piquetes e moradia para o encarregado do tratamento dos animais. As raças utilizadas nestes dois anos de trabalho têm sido a Wessex e a Duroc. "Escolhemos estas duas raças, justifica o João Klohn por serem animais rústicos". A Wessex, além de rústica é um animal altamente prolífero, de bom temperamento maternal, boa velocidade de ganho de peso e perfeitamente adaptável ao manejo. As raças mais especializadas são mais exigentes em manejo e condições de higiene. A Wessex — muito conhecida pelos produtores da região — por não ser especializada na produção de carne, foi a raça que mais sofreu com a sofisticação introduzida na suinocultura, "a tal ponto, conta o João Klohn, que tivemos muita dificuldade em formar um plantel de animais realmente puros". É a raça ideal para se cruzar com outras raças pela transmissão de suas excelentes características.

A Duroc é outra raça rústica, bastante aclimatada na região embora menos prolifera. É intenção utilizar, futuramente, a Duroc para cruzamentos com as raças Wessex e Landrace — outra raça que



Os suínos são mantidos em piquetes e alimentados com pastagem

também deverá fazer parte do projeto do CTC —. Além de rústica, a exemplo da Wessex, é boa conversora, e de bom ganho de peso diário.

O PLANTEL E O MANEJO

Hoje o plantel de animais do CTC é formado por 129 suínos, sendo 29 da raça Duroc e 100 da raça Wessex. O projeto vem crescendo a cada dia e a procura por animais rústicos e de criação simples, como observa o Altamir Antonini, administrador do CTC, é cada vez maior. "A produção não consegue atender a demanda, tanto é o interesse dos associados por essas raças rústicas", complementa o João Klohn.

Como a criação vem sendo feita em regime de semi-confinamento, tanto as porcas em gestação, como os cachos, as leitões de reposição e os animais em recria, sempre terão acesso às pastagens, mas sempre obedecendo um certo esquema de manejo. As porcas cobertas serão alojadas em piquetes que proporcionem em torno de 400 metros quadrados de área com pastagem por animal. Como suplementação, as porcas recebem um quilo de ração caseira por dia, fornecida em duas refeições. Nesse piquete está instalado um abrigo que serve para proteger os animais durante a noite ou em dias de chuva. As porcas permanecem nesse local até uma semana antes do parto, quando então são transferidos para a maternidade.

Após o nascimento os leitões permanecem na maternidade até três semanas, quando então são transferidos para um outro piquete onde ficam até atingir os 63 dias. Nesse período de amamentação, em dias secos e por tempo determi-

nado, os leitões, juntamente com a porca, pastejam pensacola e alfafa. Após o desmame, os leitões são levados para os piquetes de recria, onde pastejam trevos, quicuiu e capim bermuda. Os animais permanecem nestas pastagens até atingirem o peso médio de 45 quilos ou 120 dias de idade, recebendo como alimentação, além da pastagem, cerca de um quilo de ração caseira por dia.

Os animais aptos a reprodução, depois de passarem por exame de inspeção e serem vacinados, são imediatamente repassados aos associados, enquanto que os demais são transferidos para a pocilga de terminação, onde são alimentados apenas com ração caseira.

MELHOR COMPORTAMENTO

Desde o início do projeto foram introduzidas nos piquetes gramíneas perenes — quicuiu, pangola, bermuda, capim ramires e algumas leguminosas, principalmente o trevo Yuchi. O manejo, segundo o Altamir Antonini é fundamental para a resistência do pasto, mas aconselha, sempre que houver uma lotação pequena de animais e uma produção muito grande de pasto, a utilização de ovelhas ou até de vacas de leite, para que haja um rebaixamento da pastagem. Os suínos preferem pastos mais tenros e baixos.

O capim bermuda, uma gramínea de verão, é a pastagem, segundo o Altamir, que melhor tem se comportado e resistido ao pisoteio dos animais. É uma planta agressiva, que fecha todos os espaços e muito bem aceita pelos animais. No inverno, os suínos tem preferido o pastejo do trevo e do azevém.

Resultados satisfatórios

Passados dois anos da instalação do projeto de criação de suínos em sistema semi-extensivo, já é possível se chegar a algumas conclusões e fazer uma avaliação do trabalho. Os resultados proporcionados até o momento, segundo o João Klohn têm sido satisfatórios, permitindo a continuidade do projeto. É uma proposta que pode ser adotada pela maioria dos produtores, já que não necessita de grandes investimentos e em épocas de crise a atividade pode perfeitamente ser desativada, sem que o produtor tenha grandes prejuízos, pois as pastagens podem ser perfeitamente utilizadas pelos demais animais da propriedade.

Pelo quadro abaixo, pode-se observar os índices de produtividade obtidos com as raças Wessex e Duroc desde o início do projeto. A raça Duroc mostrou-se mais prolifera, capaz de produzir leitões mais pesados no nascimento. As porcas Wessex eram animais mais velhos, enquanto que as Duroc eram leitões. Até o final de 84, em oito parições ela teve 9,87 leitões nascidos vivos, enquanto que a Wessex, em 14 parições, teve 8,71. Ela sai na frente da Wessex também no peso dos leitões recém nascidos, que atingiram uma média de 1,170 quilos contra 1.157 quilos. Mas a Wessex, por sua vez, vem mos-

trando-se mais conversora. Os leitões atingem pesos mais elevados já aos 21 dias — 5.188 quilos contra 4.200 quilos — conservando essa vantagem até os 120 dias.

ANIMAIS REPASSADOS

Apenas nestes primeiros quatro meses do ano já foram repassados 25 animais ao quadro social, enquanto que no ano passado foram distribuídos, ao todo, 82 suínos, sendo 31 da raça Wessex e 51 da raça Duroc. Dos 39 suínos nascidos nestes primeiros meses do ano, 14 foram destinados a terminação, por serem considerados refugos. Essa terminação aconteceu num período de três meses "e não em dois meses como normalmente ocorre", explica Odales Luis Guth, técnico agrícola responsável pelo projeto. Por estarem com o desenvolvimento muito atrasado, esses leitões entraram para o confinamento com pesos muito baixos — em torno de 24 quilos.

Cada animal em confinamento consumiu sete quilos de ração inicial, 64 quilos de ração de crescimento e 163 quilos de ração de terminação, totalizando 234 quilos de ração por suíno. Isso significa, segundo Odales Guth, que para cada dois quilos e 950 gramas de ração, os animais aumentaram um quilo de peso. Os animais ainda consumiram 21 quilos de man-

dioca e pastagem cortada no cocho. Se o produtor quiser levar mais tempo ainda para terminar o animal, na expectativa de que o preço aumente, ele pode diminuir o pastejo. "Ainda assim ele terá vantagem", diz o Odales Guth.

TUDO PODE SER APROVEITADO

Tanto o Odales Guth como o João Klohn estão certos de que a utilização de pastagens na alimentação diminui os custos na criação dos suínos em até 30 por cento. A suplementação da alimentação



João e Odales: tudo pode ser aproveitado

pode ser feita com ração caseira, à base de milho, farelo de soja, sorgo. "Para fazer essa ração, explica Odales, o produtor pode aproveitar tudo o que tiver na propriedade, deixando para comprar apenas a farinha de carne e a torta de soja. O farelo de trigo pode ser feito com o trigoilho. "O produtor só teria gastos com a compra desses dois ingredientes", diz Odales.

Quadro — Índices de produtividade obtidos com a suinocultura semi-extensiva. CTC, Augusto Pestana/Rs (1983/84).

Raças	Nº Porcas	Nº Parições	Nº Leitões		Peso médio (kg)				
			Nasc. Vivos	Desmam.	Nasc.	21 dias	56 dias	90 dias	120 dias
Wessex	6	14	8,71	7,43	1,157	5,188	17,328	27,946	39,325
Duroc	4	8	9,87	8,37	1,170	4,200	14,454	26,374	37,424
Médias			9,29	7,90	1,163	4,694	15,891	27,160	38,374



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Coordenação: Maria Aparecida Pereira Mendes

O índio no Brasil

No dia 19 de abril nós costumamos comemorar o Dia do Índio. Nas escolas geralmente as crianças fazem algum desenho ou confeccionam colares e colocam na cabeça. Muitas destas crianças não sabem, talvez, a verdadeira história do índio no Brasil.

Hoje, mais do que nunca, existem pessoas muito preocupadas com a questão do índio brasileiro que teve suas terras invadidas na época do Descobrimento e ainda hoje continua sendo explorado neste sentido.

A História do Brasil aponta muitas vezes os indígenas como "cruéis selvagens" que atacavam os "inocentes" colonizadores. Mas os índios não estavam fazendo nada mas do que se defenderem e defenderem a sua terra.

Os índios não tinham as armas dos civilizados e a partir de então foi perdendo as terras e sendo morto pela escravidão, fome e doenças. Foram os "civilizados" que trouxeram doenças que os indígenas não conheciam como: gripe, varíola, varicela, sífilis, etc. . .

Até os "Sete Povos das Missões" foram destruídos para se tirar a terra dos índios. No tempo de Cabral o Brasil tinha 5.000.000 de índios e hoje sobraram apenas uns 200.000. No Rio Grande do Sul, onde existiam uns 500.000 índios, restam apenas uns 7.000.

Este mês, dedicamos a edição do Cotrisol ao índio brasileiro e convidamos você, amiguinho, a ser mais defensor do nosso índio. Tome consciência da real situação do verdadeiro dono da terra brasileira, tão explorado hoje em dia e discuta com seus pais, com seus amigos e na sua sala de aula.



Tive terra
não tenho

Tive casa
não tenho

Tive pátria
venderam

Tive filhos
estão mortos
ou dispersos

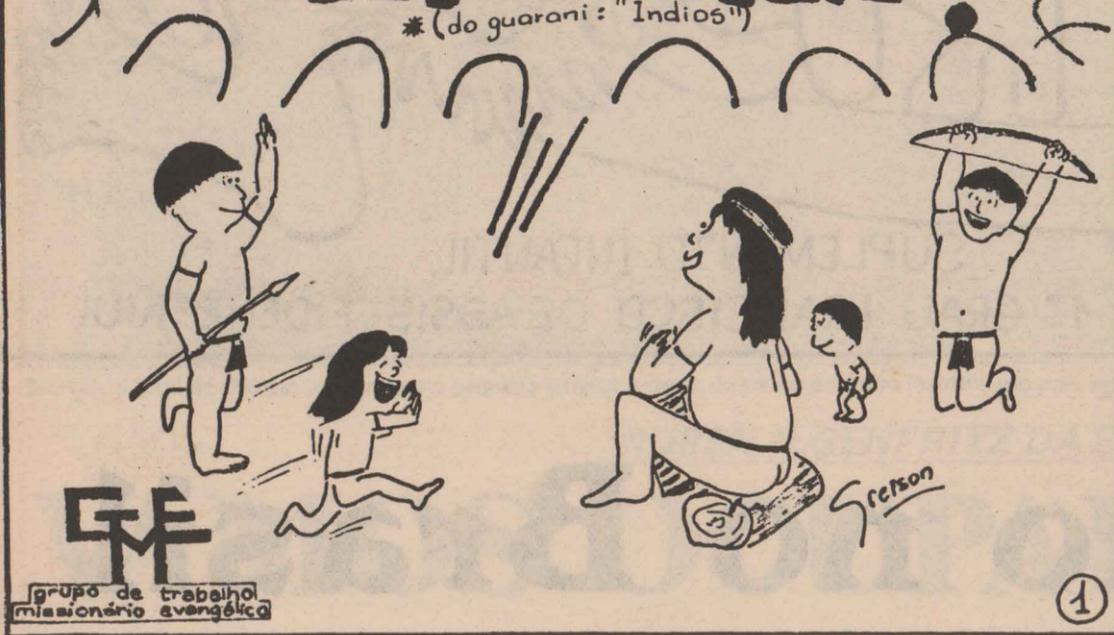
Tive caminhos
foram fechados

CNBB/CIMI

Pedro Tierra

AVAKUERA!

*(do guarani: "Índios")



grupo de trabalho missionário evangélica

Até antes do descobrimento do Brasil os índios viviam em paz, lutando às vezes com a natureza ou algum inimigo, mas nada que merecesse grande preocupação. Nesta época, cerca de cinco milhões de índios eram livres e felizes.

Num belo dia em 1.500...



mãe, que coisa esquisita é aquela?!

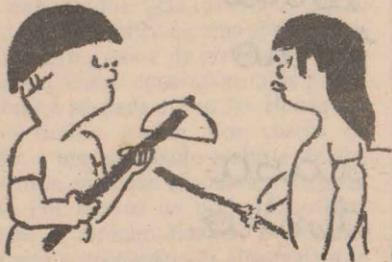
2

...chegam os portugueses...



3

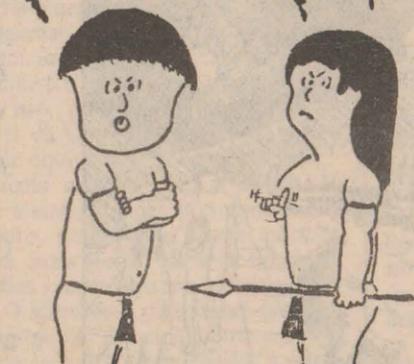
desde então, até hoje, querem que os índios trabalhem de graça.



4

que sabê? nem morto!!

de graça, nem bom dia!



5

Mas eles têm pago caro por não se conformarem em ser explorados.



6

Os índios brasileiros têm a sua história marcada pela morte e sofrimento. Hoje a maioria vive enclausurada (fechada) em reservas, abandonada pelas nossas autoridades.



Dos cinco milhões na época pré-colonial, hoje restam apenas duzentos mil, segundo os mais otimistas. Este violento massacre histórico precisa terminar!

7

Os índios perdem rapidamente suas terras, que são invadidas pelo posseiro acuado... por jagunços.

mandados por homens sem escrúpulos, alucinados pela fome do lucro.

8

Mas estamos nos organizando



Por isso fundamos a UNI - União das Nações Indígenas e também conseguimos eleger um representante na Câmara Federal

9

Além de nós mesmos, contamos com a ajuda de algumas pessoas.



10

Mas precisamos que você também nos ajude.



O fim desta história depende da sua consciência!

11

A lenda da lara

Adaptação de Maria Thereza Cunha de Giacomo

O pôr-do-sol é a hora de lara. Ela mora no fundo das águas, mas à tardinha vem à tona. Vem colher flores aquáticas para se enfeitar, vem brincar com os peixinhos alegres das margens do rio. Ou vem buscar o noivo.

As índias dizem aos filhos:

— Não cheguem perto das águas na hora do pôr-do-sol. A lara quer moços para afogar. Os filhos escutam, e ficam assustados. Sabem que a lara é linda e canta — e encanta.

Certo dia um tapuia valente remava, sossegado. O sol ia alto no céu. Mas o índio distraiu-se pescando e as horas se passavam. . .

Os primeiros pássaros voltavam aos ninhos.

Os primeiros sapos coaxavam, longe.

Anoitecia. O sol, lentamente, parecia

afundar-se nas águas do rio.

Subitamente, de dentro d'água, uma flor

brotou. Mas cantava. E sacudia rindo os negros cabelos, tão negros quanto seus

olhos luminosos. Não era flor, era a lara. O moço índio virou a canoa e fugiu para a taba.

Mas a lara já havia enfeitado. Sua voz doce não lhe saía dos ouvidos. Sua lembrança o perseguia sempre.

E ao pôr-do-sol o índio tapuia olhava a cama, louco para sair pelo rio.

— Não vá, pedia-lhe a mãe, chorosa. Ela sabia. Tinha a certeza de que o filho encontrara a linda lara. . .

Lá longe, brincando com peixinhos e colhendo flores, a lara cantava, esperando. Ela também sabia que o tapuia teria que voltar.

E foi o que aconteceu certa tardinha. Os jasmims exalavam seu perfume. Os pássaros voltavam para os ninhos. E o índio, esquecendo sua taba e sua gente, pulou na canoa e remou. . .

Remou. . . até encontrar a bela lara. E a lara, sempre cantando, levou o índio valente para o fundo das águas. . .



Adamas Bonfada
7 anos



Juliana Pasquali
7 anos



Bárbara Basso
6 anos



Raquel Lazzarotto
7 anos

Crianças falam sobre o índio

O descobrimento

Pedro Álvares Cabral ia às Índias pegar metais
No caminho errou a direção
E foi parar no Brasil, nosso paísão.

Ele achou a terra muito estranha
Mesmo assim estacionou
Com uma grande condição.

Ele teve muita vantagem
Porque achou uma grande solução:
Pau-Brasil de montão.

Os comerciantes portugueses
Vieram fazer feitorias
Mas o que era mesmo feitorias?

Feitorias eram lugares onde juntavam o pau-brasil.
Quando chegavam os navios
Esvaziavam o país enchendo os navios de pau-brasil.

Os portugueses pegaram os índios
Para trabalharem para eles.
Mas ao invés de pagar em dinheiro pagavam em bugigangas

E assim termina esta estória.
Que contamos com muita glória.

Tiago Fonseca Falkembach — 9 anos, Gederson Julio Piccoli — 11 anos,
Alexandre Cabeda Egger Mollwald — 10 anos, alunos da 5a. série turma
52 da EFA.

Os alunos da 5a. série da EFA, depois de debaterem o assunto "Índios", na disciplina de Estudos Sociais, com a professora Fátima Medeiros, também deram seus depoimentos:

"Sabemos que tem um órgão encarregado para proteger os índios que se chama Funai. Este órgão não está desempenhando sua função corretamente. Ao invés de proteger os índios está deixando eles de lado, fazendo com que o branco roube-lhes a terra que desde o princípio lhe pertencia. Os índios no Brasil hoje, estão totalmente marginalizados. Acontece que os brancos não dão valor aos índios, isto está errado porque devemos nos lembrar que se estamos aqui e vivemos no Brasil é graças aos nossos irmãos índios que lutaram e lutam para que possam viver em paz."

Dircelene Freire da Silva — 10 anos turma 52.

"Eles não são como eram antes. Antigamente eles tinham a paz e suas terras viviam, com seu próprio trabalho e repartiam toda a água, caça, pesca, etc. . . Hoje o índio tem que comprar tudo para comer e beber. Ocupavam toda a terra deles que era todo o Brasil e não deixaram eles morar nas terras deles."

Alexandre Egger Moellwaldt — 10 anos — turma 52. Tiago Terra — 11 anos — turma 52.

. . . já em 1967 o serviço de proteção ao índio foi transformado na Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Agora a Funai que cabe entre outras coisas garantir aos índios a posse de suas terras. Mas até hoje mais da metade das comunidades indígenas moram em terras que não foram ainda demarcadas. Os índios assistem a sua invasão e a morte de muitos companheiros. . . como a mais de 400 anos atrás.

Lucídio Cristiano Amorim — 12 anos — turma 52

"Os índios eram independentes dos brancos. Hoje eles são escravos dos brancos, pois eles tomaram as terras deles."

Paulo Parnoff — 11 anos — turma 52

"O índio sempre foi discriminado pelos brancos, desde 1500, quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil.

Os brancos tomam suas terras para plantar, mas não usam tudo isto, que o índio ocupava.

As poucas terras que eles têm para explorarem o seu rendimento vai para o Estado.

Os índios são considerados inferiores e lhe dão qualidade sem valor."

Juliano Maldaner — 10 anos — turma 52

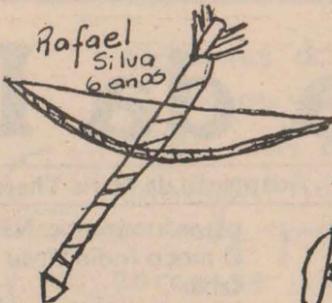
As crianças da Escola de 1º Grau "Francisco de Assis", depois de ouvirem histórias, visitarem o Museu Antropológico Diretor Pestana e conversarem sobre os índios brasileiros, fizeram alguns desenhos, poesias e textos.

Gostaríamos de pedir novamente a vocês, amiguinhos, que nos enviem o que vocês estão fazendo: textos, histórias em quadrinhos, desenhos, poesias, etc.

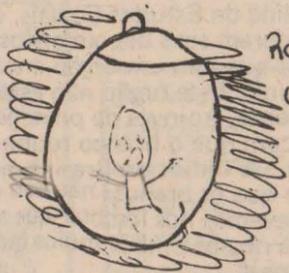
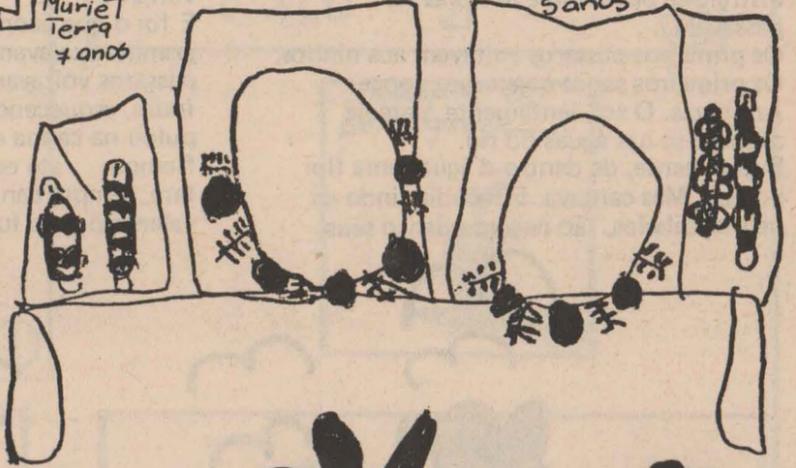
A partir do próximo mês, o Cotrisol terá uma página feita inteiramente com produções dos leitores. Enviem seus trabalhos, estamos esperando. Um abraço.



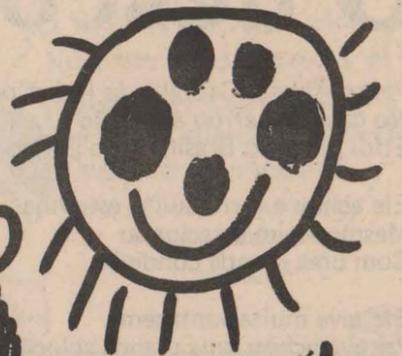
Jordan Trapp
7 anos



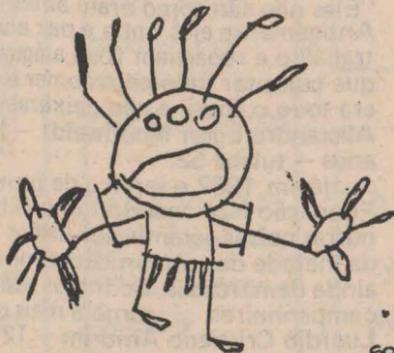
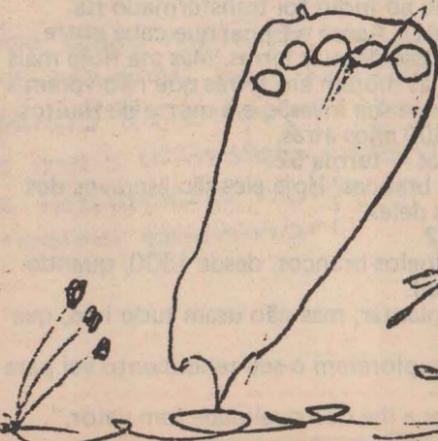
"Os colares e as pulseiras dos índios que eu vi no museu."
Valéria Agertt
5 anos



Rafael Silva
6 anos



Lisandra Preissler
6 anos



Tari
19104
"O índio tá saindo de casa. Depois da chuva veio o sol."

Mariana Marques
6 anos

